



Lidiane Joyce Barbosa Moura

**Espaços de trocas comerciais no Índico: Circulação de
pessoas e produtos.**

Monografia apresentada à Graduação em História da PUC-Rio como
requisito parcial para a minha obtenção de título de licenciada em
História.

Orientadora: Regiane Augusto de Mattos

Departamento de História
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

23 de Junho de 2017

À memória de Rosária e Zilda,

Gratidão por todos os momentos de felicidade, incentivo e por me mostrarem que tudo é possível quando desejamos verdadeiramente e colocamos uma pitada de fé.

Agradecimento

Agradeço ao meu pai Julio, que comemorava comigo todas as boas notas. A minha mãe Lucia, por acreditar em mim e não me deixar desistir diante de tantos obstáculos. Ao meu irmão, pelo apoio e pelas caronas.

À Dr.^a Regiane Augusto de Mattos, minha querida Orientadora, pela oportunidade de fazer parte do PIBIC. Por estar sempre disposta a me ajudar, dando todo o suporte para que esse trabalho se concretizasse.

À Dr.^a Iamara Viana, por aceitar com tanto carinho em ser minha leitora crítica. Agradeço pelas aulas maravilhosas que com certeza vão ajudar muito na minha caminhada como professora.

Às amigas Camila, Fernanda, Flavia e Tracy pela torcida e pelas palavras de carinho nos momentos mais difíceis.

Ao André, que tanto me incentivou nessa caminhada.

Aos colegas de faculdade da PUC-Coreu e da PUC-Rio em especial Daniella, Isabelle, Jonas, Kesi, Marcelly, Patrícia, Renata e Renato. Também a todos os outros colegas pelos debates e conversas informais que contribuíram para o meu crescimento intelectual.

À todo o corpo docente de História da PUC-Rio, aos funcionários do departamento (Anair, Claudio, Cleusa, Edna e Igor) pelo apoio, respeito e carinho.

Infinitamente grata a todos que estiveram comigo nesta jornada.

Resumo:

O presente trabalho analisa as relações comerciais entre os povos do interior e os do litoral do norte de Moçambique e os agentes sociais de outras origens presentes na região, como árabes e europeus, ao longo do século XIX e o início do século XX. Interessou saber também como se configurou o processo de exportação dos principais produtos (escravos, ouro, marfim, oleaginosas.), buscando compreender esse período histórico em que a circulação de pessoas e de produtos foi decisiva para a dinâmica dos circuitos econômicos e culturais na região do Oceano Índico.

Palavras-chave:

Moçambique– circulação de pessoas – comércio – escravos –oleaginosas

SUMÁRIO

Introdução	p.7
Capítulo 1- Intercâmbios comerciais no Índico	p.12
1.1 Circulação de pessoas	p.12
1.2 Trocas de produtos	p.17
Capítulo 2 – Comércio de escravos e de outros produtos no século XIX.	p.26
2.1. A escravidão na África	p.28
2.2. O comércio de escravos na África Oriental e as transformações após a sua proibição	p.34
Capítulo 3 – A colonização portuguesa e o comércio de oleaginosas	p.37
3.1. O comércio de oleaginosas	p.37
3.2. A corrida imperialista europeia na África	p.40
3.3. Implementação da colonização portuguesa e a intensificação da produção e do comércio de oleaginosas	p.44
Considerações Finais	p.52
Referências Bibliográficas	p.54

Lista de Ilustrações

Mapa 1- Oceano Índico	p.21
Quadro de importações e exportações na costa suaíli	p. 24
Tabela de escravos traficados no século XIX	p.33
Mapa 2- Ocupação da África em 1891	p.42

Introdução

O presente trabalho analisa as relações comerciais entre os povos do interior e os do litoral do norte de Moçambique e os agentes sociais de outras origens presentes na região, como árabes e europeus, no século XIX e início do século XX. Interessou saber também como se configurou o processo de exportação dos principais produtos (escravos, ouro, marfim, oleaginosas), buscando compreender esse período histórico em que a circulação de pessoas e de produtos foi decisiva para a dinâmica dos circuitos econômicos e culturais nessa região.

A organização do comércio no norte de Moçambique começou bem antes da chegada dos europeus. Persas, Árabes e muçulmanos introduziram feitorias no litoral e nas ilhas do Índico. Sultões desses estabelecimentos muçulmanos mantinham boa relação com as sociedades africanas, controlavam o território e o comércio. Mais tarde no século XIX, os europeus dominaram o comércio e passaram a controlar os portos, exportando para o mundo produtos, como escravos, ouro e marfim.

O objetivo dessa pesquisa foi o de investigar como se davam as relações sociais e econômicas entre os comerciantes do litoral e do interior de Moçambique, pois muitos comerciantes realizavam casamentos com interesses políticos e econômicos deixando descendentes, e a partir desse contato feitorias muçulmanas prosperaram no Índico.

Do mesmo modo, pretendo estabelecer uma relação com os intercâmbios de saberes e práticas ocasionadas pela circulação de pessoas envolvidas nesses circuitos comerciais. A minha hipótese é que a presença dos primeiros imigrantes foi fundamental para se criar laços de sociabilidade que, mais tarde, contribuíram para a organização do comércio e da política entre os povos do litoral, os povos do interior e os europeus. Sendo assim, a organização social já estava estabelecida, ela não foi construída com a chegada dos europeus.

A presente monografia denota um tema que vem sendo pesquisado pela historiografia internacional sobre Moçambique, mas pouco estudado pelos historiadores brasileiros. Dessa maneira, a pesquisa busca contribuir para o campo de estudo de História da África no Brasil.

As fontes utilizadas nessa pesquisa são, em grande medida, relatos de viagem, relatórios e memórias escritas no século XIX e início do XX. Esses relatos históricos sobre o comércio em Moçambique foram escritos, sobretudo, por viajantes, em sua maioria, europeus. A historiografia que foi produzida utilizando esses relatos de viagens como as fontes documentais sem problematizá-los trazem lacunas devido ao fato dos viajantes que escreviam sobre as sociedades africanas não pertencerem a essa cultura e, em geral, não entendiam as línguas e os costumes locais.

No livro “Angola nos Séculos XVI e XVII. Estudos Sobre Fontes, Métodos e História¹”, a etnóloga Beatrix Heintze se dedica a assuntos ligados à análise e à crítica as fontes históricas sobre Angola. No primeiro capítulo, “As fontes da história pré-colonial de Angola ou a maravilhosa viagem dos Jagas através dos séculos”, a autora problematiza a subjetividade na história escrita pelos europeus. Apesar de escrever sobre Angola, suas críticas podem ser aplicadas às fontes documentais sobre o Índico e Moçambique, pois a maneira como foram construídas (fontes, documentos, testemunhos orais) e quem as escreveu (viajantes europeus) faz com que a história desses lugares ganhe a mesma dimensão. No capítulo quatro, “as traduções como fontes históricas”, Heintze questiona o modo como foi construída a história de Angola, assim, também diferencia a história africana da história do colonialismo português. A história que foi construída através dos relatos dos conquistadores, traficantes de escravos e missionários, gerou um problema para os historiadores modernos, devido “*ao facto de todos terem estado de uma forma mais ou menos directa envolvidos nos acontecimentos políticos e económicos por eles documentados*”², esses homens construíram uma história sob o ponto de vista europeu em relação às sociedades africanas.

Essa história acaba limitando o historiador, porque os europeus que descreveram as sociedades africanas poderiam não ter vivido entre os africanos, muitas vezes não compreendiam as línguas locais, suas vivências e muito menos a sua realidade. Dessa forma, é preciso levar em consideração essas características

¹HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII: Estudos Sobre Fontes, Métodos e História*. Lunda, Kilombelombe, 2007.

²*Ibidem*, p. 26.

das fontes documentais utilizadas, fazendo uma leitura atenta e uma análise crítica.

Assim, esta monografia se desenvolveu a partir da análise da historiografia existente sobre o tema e das fontes documentais primárias, como relatórios escritos pelas autoridades portuguesas em Moçambique.

Dentre as fontes documentais, trabalhei com obras localizadas no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, que abordam a evolução do comércio no norte de Moçambique a partir de diferentes perspectivas. Uma delas é o “Relatórios sobre Moçambique”³ escrito por Freire de Andrade, Diretor Geral das Colônias. Este autor inicia o relatório escrevendo sobre as obras públicas que aconteceram para facilitar o transporte dos produtos na região. Andrade trata de diferentes atividades burocráticas, como a administração do Porto de Lourenço Marques e os caminhos de ferro de Lourenço Marques. Também analisa as divisões financeiras, policial, o tráfego e o aumento de mercadorias exportadas.

Guilherme Ivens Ferraz⁴, em seu relatório “Descrição da Costa de Moçambique de Lourenço Marques ao Bazaruto”⁵, analisa as primeiras formas de agricultura, os produtos que já eram cultivados e os novos produtos que foram sendo inseridos na agricultura com a chegada de outros povos. Igualmente, ressalta a importância do comércio de permuta que trouxe uma extensa variedade de produtos, que mais tarde, no final do século XIX, seriam exportados em grandes quantidades. Ferraz escreve em um momento importante para a história comercial de Moçambique quando em julho de 1895, é feita a ligação de duas das linhas navais, criando o trânsito trans-naval, que conduziu a desenvolvimento da cidade através do desenvolvimento comercial.

Outra fonte importante para essa pesquisa é o *Documento Trimestral*⁶ no qual se trata da influência dos árabes em Moçambique, as plantas por eles

³ANDRADE, Freire De. *Relatórios sobre Moçambique* / Freire De Andrade. - ED. IL.- Lourenço Marques: Imprensa nacional, 1910.

⁴Guilherme Ivens Ferraz foi um militar português, vice-almirante da Armada Portuguesa de 1891-1899.

⁵FERRAZ, Guilherme Ivens. *Descrição da Costa de Moçambique de Lourenço Marques ao Bazaruto* / Guilherme Ivens Ferraz . - Lisboa : Tipografia Universal, 1902.

⁶*Moçambique: Documento Trimestral*/ Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1935 [n.p.] Moçambique, in Relatórios dos Governadores Geraes das Provincias de Cabo Verde, Moçambique e Estado da Índia: referidos ao anno de 1875 e apresentados às cortes pelo ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar na sessão legislativa de 1878, Lisboa, Imprensa Nacional, 1878, pp. 1-496.

introduzidas, o progresso na agronomia no século XIX, e as descobertas na área da química, biologia, mecânica e de outras ciências.

Uma fonte que também contribui muito para essa pesquisa é um manuscrito de 1827, este mostra a importância de alianças políticas para o crescimento do comércio. O parecer escrito por João Manuel Silva⁷ trata dos produtos que eram comercializados em Madagascar e sobre a quantidade de manufaturas vindas da Arábia, da Pérsia e da Índia.

Com o intuito de melhor apresentar os conteúdos relacionados à pesquisa, a monografia foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, trato dos intercâmbios comerciais no Índico a partir de dois pontos. O primeiro reflete sobre a circulação de pessoas, com a presença de árabes, persas, portugueses e principalmente as populações locais (macuas e suaílis) e a miscigenação biológica e cultural entre eles. Além disso, apresento a chegada dessas sociedades, como elas foram se desenvolvendo e se organizando. No segundo ponto, discorro sobre os principais produtos comercializados no Índico e as rotas de caravanas, onde a presença dos mercadores transformava o litoral em uma grande feira, em que pessoas do interior se dirigiam para a costa com ouro, marfim e escravos e trocavam por panos, adornos, sementes, entre outros produtos. O avanço na agricultura com a inserção de sementes de algodão, amendoim, gergelim, goma copal trará um novo tipo de comércio para a região. Essas trocas inseriram Moçambique na economia mundial em meados do século XIX.

No segundo capítulo, analiso o comércio de escravos e de outros produtos (ouro, marfim, etc.) no século XIX. Também reflito sobre o tipo de escravidão realizado no continente africano e a escravidão nas Américas. Investigo as transformações do comércio de escravos após a proibição do tráfico e posteriormente a escravidão, mostrando as diferentes leis que buscavam o fim desse comércio e como as autoridades dos países que necessitavam de mão de obra reagiam a essas leis.

No terceiro capítulo abordo as transformações do continente africano, principalmente a partir da produção e do comércio de oleaginosas e das ações imperialistas europeias que resultou no processo de colonização do continente,

⁷SILVA, João Manuel da. *Parecer sobre tratados de comércio com o Irman de Mascate e com o rei Abderame de Madagascar e proteção ao régulo de Quissumbo*. 8abr 1827. Parecer de João Manuel da Silva, Ten. Gen. dos Reais Exércitos encaminhadas a Antonio Manuel de Noronha.

quando o interesse dos europeus em garantir mercados externos gerou um intenso conflito com as populações africanas e entre as grandes potências europeias, principalmente com a transformação dos territórios africanos em áreas coloniais. Na segunda parte, reflito sobre a prática da colonização portuguesa, os modos de produção e o comércio de oleaginosas, as mudanças na agricultura, na produção e comercialização de produtos voltados para abastecer o mercado na Europa.

Capítulo 1- Intercâmbios comerciais no Índico

1.1.Circulação de pessoas.

Os primeiros persas, árabes e hindus chegaram à costa Oriental da África a partir do século VII e VIII, e formaram cidades-estados em territórios que hoje compreendem os países Somália, Quênia, Tânzania e Moçambique. Na documentação estudada nessa pesquisa, é frequentemente mencionado que um grupo de persas de Shirazi e árabes de Oman fugidos de perseguições político-religiosas se uniram, mais tarde, com aventureiros, comerciantes, familiares e povos de outras proveniências, estabelecendo importantes alianças com os nativos da terra⁸.

Desse contato social e da mestiçagem biológica e cultural, um novo grupo teria se formado: os suaílis. Estes estabeleceram diversas feitorias e se propagaram ao longo de todo o litoral. Muitos de Quiloá e Zanzibar eram descendentes de Shirazi. Essas cidades foram as responsáveis por expandir o islamismo ao longo do litoral de Moçambique. Os suaílis estavam por toda a costa, e por muito tempo Moçambique foi governado por um xeque mouro e teve o comércio muito bem organizado.⁹Suaíli é uma palavra Bantu, que tem suas origens na termo árabe *sahil* que significa margem. Os primeiros a utilizar o suaíli como um conceito étnico foram os árabes-omanitas que se estabeleceram no sultanato de Zanzibar no início do século XIX. Regiane Mattos esclarece que:

“O significado da palavra suaíli como “margem” foi relacionado à condição social e política dessas populações, afirmando-se que elas também estariam à margem dos povos árabes e africanos. Assim, segundo os amanitas, os suaílis estariam à margem da cultura islâmica¹⁰”.

Antonio Mello Machado a partir do seu ponto de vista eurocêntrico, afirma que os “mouros-suaílis” foram os que mais influenciaram a população que se encontra no litoral de Moçambique. As características físicas os distinguiriam dos

⁸MACHADO, A. J. De Mello. *Entre os Macuas de Angoche: historiando Moçambique* / A. J. De Mello Machado. - ED. IL. - Lisboa: Prelo editora, 1970.

⁹MATTOS, Regiane Augusto de. *As dimensões da resistência em Angoche*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2012

¹⁰*Ibidem*.p.44

demais povos e por serem descendentes de árabes e indianos, tinham a cor da pele mais escura. Havia também os mouros da Cabeceira (Mossuril) que chegaram por volta do século XVII e acredita-se que esses eram provenientes do contato de portugueses com gentes de Damão, pois tinha o tom de pele mais claro. As mulheres particularmente eram brancas e segundo os relatos de bela afeição. Entre os mouros de Angoche as mulheres eram as que mais se destacavam por ser muito vaidosas, usarem belos panos coloridos e joias gentílicas de ouro e prata. Essa descrição é totalmente subjetiva do autor, que não pertencia a nenhuma dessas sociedades e pouco entendia sobre a miscigenação biológica local.

Devido a esse forte intercâmbio, Moçambique se tornou uma região muito rica culturalmente, onde várias tradições e religiões foram inseridas, várias línguas foram introduzidas. As línguas de origem bantu eram consideradas as mais importantes da África Subsaariana e se dividiam em diversas outras como; Cicopi, Cinyanja, Cinyungwe, Cisená, Cisenga, Cishona, Ciyao, Echuwabo, Ekoti, Elomwe, Gitonga, Maconde (ou Shimakonde), Kimwani, Macua (ou Emakhuwa), Memane, Suazi (ou Siwazi), Xichangana, Xironga, Sitswa e Zulu (ou Sizulu) que eram usadas pela maioria da população.

A língua utilizada pelos suaílis era chamado de kissuaíli, considerado uma língua franca, muito utilizada nos intercâmbios comerciais. A chegada de comerciantes arabizados no continente africano fez difundir essa língua ao longo da costa oriental africana, mas especificamente desde a Somália, passando por Moçambique, Lamu, Pemba, Mombaça, Zanzibar, Comores, Maurícias e expandindo para o interior ao longo dos séculos. O objetivo da língua kissuaíli era facilitar a comunicação entre os povos arabizados que buscavam por riquezas e escravos. Mais tarde, com a colonização dos portugueses, a língua oficial de Moçambique se tornou o português. Apesar de terem línguas bem diversificadas, os povos de Moçambique compreendiam muitas delas, alguns falavam o português e outras línguas locais.

Moçambique pode ser considerada um verdadeiro mosaico de etnias. No norte de Moçambique existiam os povos macuas, esses eram mestiços devido à união de mulheres macuas com imigrantes de Mombaça e também de Zanzibar, onde havia uma grande concentração de árabes e indianos. Os povos macuas estavam localizados no interior de Moçambique e faziam contato direto com os

suaílis da costa. Juntos, estabeleceram relações políticas, religiosas, comerciais e culturais.

Regiane Mattos historiciza o uso do etnônimo macua. Segundo suas pesquisas, esse termo no século XIX passou a caracterizar os povos localizados no interior de Moçambique. Sua origem vem da palavra *nikhwa* que significa “sertão”, “selva” e segundo a autora essas palavras carregavam uma conotação pejorativa por classificá-los de selvagens e não-muçulmanos.

Os *maka* surgiram a partir do contato entre os árabes, persas muçulmanos e diferentes povos que se encontravam no litoral moçambicano. Os povos macuas chamavam de maca aqueles que viviam no litoral da África e que se intitulavam de povo de Alá, gente de Meca que se encontrava na costa. Apesar do etnônimo macua, esses não se identificavam assim. Para eles, os termos ligados à geografia e às chefias locais faziam mais sentido. Como explica Regiane Mattos, eles se dividiam em subgrupos:

“As sociedades macuas eram divididas em “subgrupos”, como os denominados imbamelas e namarraís. Os imbamelas eram formados ainda por três segmentos: *à-sêna*, *á-nélla* e *á-iadje*. Na segunda metade do século XVI eles migraram das terras do Borôro, a oeste do Barué, em direção ao mar por conta das invasões de outros grupos e pelo interesse no comércio costeiro. O chefe dos *á-nélla* recebia a designação hereditária de Morla-muno. Os *á-sêna* juntaram-se ao *á-iadje*, cujo chefe tinha o nome de Kuernéa-muno (ou Guarnéa-muno)”¹¹.

Os chamados suaílis formaram organizações políticas conhecidas por sultanatos, dentre eles no litoral do norte de Moçambique existiam os sultanatos de Angoche, Sancul, Quitangonha e Sangage. A fundação do sultanato de Angoche foi por volta do século XV, a partir da linhagem de Inhandare. O filho de Xosa e neto de Hassani era um imigrante muçulmano que pertenciam à cidade de Quiloá. A mãe da linhagem de Inhandare chamava-se Muana Moapeta e pertencia a um grupo de origem matrilinear macua.

O Sultanato de Angoche está localizado no Norte de Moçambique. Devido a sua localização foi por muito tempo responsável pela expansão política. O comércio de longa distância também era realizado pelo sultanato, que organizava as principais rotas comerciais entre o litoral e o interior.

Os suaílis de Angoche usufruíam do Oceano Índico para organizar o comércio de permuta. As cidades de Mogadixo, Quiloá, Brava e Lamu forneciam

¹¹MATTOS, Regiane, op. cit. p. 58.

grande quantidade de marfim, ouro e escravos para as ilhas de Zanzibar, Comores, Madagascar e diferentes regiões do Golfo Pérsico. Os responsáveis pelo sultanato eram os grupos suaílis de Quiloá.

A organização política dos suaílis e dos macuas era caracterizada pela política hierarquizada, onde havia um grande chefe que controlava os pequenos chefados por meio de laços de parentesco ou concessão de terras. Os chefes que se encontravam no interior eram denominados de *muno* ou *mwené*, no litoral os chefes eram chamados de *xeque* ou *sultão*. O grande chefe controlava os chefes subordinados, eles interferiam inclusive no direito de vida e morte, estabeleciam relações intersociais com gente de fora e por meio de casamentos arranjados os colocavam sob suas dependências.

Apesar da sua grande influência nos poderes judiciais e executivos, o chefe não decidia por tudo sozinho, ele tinha um conselho que era composto por pessoas de sua família “irmãos”, “irmãs” (sendo a influência da mais velha de suma importância). Os assuntos mais significativos relacionados à justiça eram realizados em audiências públicas e contavam com a organização e respeitando uma hierarquia, onde o chefe principal dava a última palavra.

Cada sociedade tinha sua particularidade, sua língua, religião e práticas de saberes. Também se organizavam em sociedades matrilineares e patriarcais. As mulheres na sociedade do norte de Moçambique tinham um papel muito importante, pois elas eram as responsáveis em garantir a descendência do grupo, em manter a organização na agricultura, eram também encarregadas de fazerem os rituais de iniciação, assim também como os cultos aos ancestrais. O sistema de parentesco era matrilinear, mas isso não significa que o chefe teria que ser uma mulher, havia uma preferência de que o chefe fosse do sexo masculino. As formas como as sociedades africanas do norte de Moçambique se organizaram causava um grande desentendimento entre os europeus.

Sobre a influência das mulheres das sociedades matrilineares na formação do Sultanato de Angoche, Regiane Mattos explica:

“A tradição que narra a formação do sultanato de Angoche o faz a partir da relação de imigrantes muçulmanos suaílis da costa com as mulheres das sociedades matrilineares macuas do interior. É possível aferir que, no contexto da recolha dessa tradição, isto é, entre o final do XIX e o início do XX, era importante para Angoche a identificação tanto como cultura

suáli, dos povos muçulmanos do litoral, ligados às redes comerciais do Índico, quanto com as populações matrilineares do interior”¹².

Os portugueses também fizeram parte desse contexto histórico. O objetivo a princípio era colonizar, mas, devido às resistências, uma situação precária para se manterem, a baixa imunidade, dentre outras dificuldades, a colonização se tornou um processo lento. Em contrapartida, Elikia M’Bokolo¹³ afirma que foi a partir dos processos sociais e culturais, do contato com Estados vizinhos e a ajuda de alguns povos que a colonização encontrou o caminho necessário para continuar.

“Registra-se em primeiro lugar uma mestiçagem biológica, que foi assaz intensa em algumas áreas de certas regiões: São Tomé, Senegâmbia, Costa dos Escravos, Angola e Moçambique. Esta primeira mestiçagem foi sempre acompanhada por uma mestiçagem cultural, cujas bases sociais transbordavam largamente o círculo relativamente estreito dos mestiços.”¹⁴

Ainda segundo M’Bokolo, a primeira mestiçagem que antecede a colonização aconteceu com a participação de todas as nações negreiras da Europa, pois o homem europeu se dirigia ao continente africano sem suas esposas, sem a presença de mulheres brancas. As mulheres africanas despertavam o interesse dos europeus e para satisfazer suas necessidades sexuais esses mantinham relações com várias delas, a partir desse contato nasce um novo grupo de mestiços. Também havia interesse em estabelecer relações políticas com os chefes africanos locais que foram marcadas pelo casamento com as mulheres africanas.

Ao analisar os processos sociais e culturais no Oceano Índico, M’Bokolo compreende que esses dois fatores foram seguindo o mesmo curso da costa atlântica, que havia sim uma “aculturação” entre mestiços ou negros, e os estrangeiros, mas que essa dinâmica não beneficiava os europeus por mais que esses tivessem estabelecimentos, pois no período que antecede o século XIX quem se aproveitava dessas relações eram os povos do Oriente, árabes e indianos.

Vários outros povos foram se integrando nessa grande teia cultural e disseminando a sua religião e suas práticas de saberes. Existiam também os Indonésios que migraram para a costa oriental africana e levaram vários produtos,

¹²MATTOS, Regiane, op. cit. p. 54-55.

¹³M’BOKOLO, ELIKIA; MARGARIDO, Alfredo. África Negra- historia e civilizações: até ao século XVIII. Tomo I. Colibri, 2012. Lisboa.

¹⁴*Ibidem*, p. 484.

como arroz, gergelim, mangueira, plantas de bananeira e cana-de-açúcar que foram incorporados na sua agricultura.

Os Indo-europeus que vinham da Europa e da Ásia e tinha uma língua comum. Os Codjás eram comerciantes e adotaram o islamismo como a sua religião. Os Hindus também eram comerciantes e grandes agricultores. Os Memanes tinham características bem parecidas com os Hindus, mas a sua religião era bem diferente, pois eles eram muçulmanos ortodoxos, também os portugueses levaram o cristianismo para Moçambique e fundaram algumas igrejas na região.

Os saberes culturais ligados à agricultura e à religião se interligavam. A religião, principalmente o Islã, ocupou um ponto central, pois a partir das práticas religiosas, novos saberes foram inseridos nas sociedades africanas. O Islã transmitia a felicidade, não tinha tantas “regras”, era uma religião discreta, e foi ganhando muitos adeptos em Moçambique. Em Inhambane, por exemplo, foi muito bem estruturada, tinha uma multidão de adeptos e tão fortemente entronizada que educou muitas gerações, como relata Freire de Andrade:

“Procede de outro modo o mahometanismo. Religião sem dogmas, sem mysterios, sem philosophia, sem abstracção, sem mysticismo, sem austeridade, religião para intelligencias acanhadas e para povos de costumes naturais e ainda mais se simplifica e se facilita para se fazer aceitar pelos africanos, - e por isso elles a aceitam. Pouco ensina e pouco preceitua¹⁵”.

É possível compreender que o processo de contatos e trocas foi longo, que deu origem a novos povos e, a partir dessas conexões, novas línguas foram sendo introduzidas. Houve um processo de intercâmbio cultural muito forte, novas formas de agricultura foram inseridas, o comércio prosperava, e novos laços na política foram sendo realizados para a manutenção da ordem, como veremos melhor na segunda parte deste capítulo.

1.2.Trocas de produtos.

Ao analisar o início da história comercial no Índico é possível compreender que no final do século XII começaram a ocorrer mudanças no

¹⁵ANDRADE, Freire, op. cit. p. 292.

sistema de agricultura, comercial e político. O comércio de produtos agrícolas e a diversidade dos produtos alimentícios começaram a ser introduzidos e intensificados no norte de Moçambique através de diferentes grupos étnicos. Os que mais se destacavam eram os macua-lomué e suaílis. Desses grupos nasceu uma população mestiça, que fazia trocas (permuta) com os indianos e foram os responsáveis pelo cultivo e domínio na agricultura. Também já sabiam manipular o ferro e, mais tarde, nessa região se concentram um grande número de ourives.

Os negros islamizados da costa suaíli se dirigiram para sul em busca de riqueza. Foram os primeiros a navegarem pela costa em busca de clientes e levavam em seus bateis panos coloridos e falaria garrida, produtos de interesse dos povos que se encontrava na costa. A partir da permuta, os negros islamizados conseguiram estabelecer um comércio lucrativo, que foi praticado por vários séculos. O tráfico de escravos foi sem dúvidas o mais valioso. Também inseriram novas sementes em Moçambique, surgindo novos produtos agrícolas para aquela região e novos costumes foram introduzidos devido ao contato com os mercadores.

“O comércio de permuta foi o prólogo do negócio mais ambicionado pelos islamitas – o tráfico de escravatura. E todos os estabelecimentos muçulmanos depressa se tornaram mercados negreiros, para o que usaram de hábil política, incitando os nativos a rapina, fornecendo-lhes armas, forjando intrigas, alimentando a cobiça¹⁶”.

A visita periódica dos mercadores estabelecia na costa uma grande feira, povos do interior levavam suas riquezas para negociar. A boa aceitação dos produtos trazidos pelos mercadores (tecidos, especiarias, sementes, entre outros) e a presença deles fizeram crescer um grande número de imigrantes muçulmanos, estabelecendo assim as feitorias muçulmanas em toda a costa de Moçambique.

Muitos árabes e persas estavam presentes na região norte de Moçambique e segundo diversos relatos de viagem, havia uma organização comercial que ligava a costa oriental africana aos portos arábicos e indianos, tendo como controladores comerciais os árabes Oman e os Sirazianos da Pérsia. Esses se organizaram muito bem e conseguiram estabelecer sólidas feitorias e um conhecimento hábil sobre a agricultura. Os árabes cultivavam diversas plantas úteis para o consumo (algodoeiro, gergelim, cânhamo, laranjeira, limoeiro, cana sacarina, e possivelmente arroz, café, entre muitos outros), e as sementes eram

¹⁶MACHADO, Antonio. op. cit. pp. 9-10.

adquiridas das relações comerciais com outros povos, especificamente com a Índia e regiões do Mediterrâneo.

“Das feitorias partiam frotas em busca de novos mercados. Os negros da enseada, angras e rias que bordejam o sertão, viram deslumbrados a chegadas de pangaios mouriscos, que lhes ofereciam tecidos berrantes, cabaias vistosas, pulseiras e colares, em troca dos produtos do mato. O contacto foi estabelecido e repetido até se tornar habitual. Periodicamente trazidos pelos ventos da monção, lá surgiam de novo os pangaios dos mercadores. Os negros acorriam ao mercado que se estabelecia. Fundeados os navios, descarregavam-se as arcas no areal, e dava-se início a feira. Esta demorava-se na espera das caravanas atrasadas pelo sertão. Havia então que aguardar ventos favoráveis de monção. E durante a espera, os mercadores, ao jeito mulçumano, tomava as mulheres da terra. Quando finalmente zarpavam, levavam os navios pejados de ricos produtos permutados; na terra deixavam descendência e promessa de regresso. E mais tarde voltariam, para se estabelecer, se o negócio fosse lucrativo. O estabelecimento mercantil foi assim, de início, um processo pacífico, e dele nasceu uma população mestiçada que deu origem aos primeiros suaílis que habitam o litoral¹⁷”.

Durante toda a extensão do litoral até a região do rio Zambeze, foi estabelecido inúmeras feitorias muçulmanas que foram entregues a governantes e aos súditos do sultão de Zanzibar. Esses homens estavam diretamente ligados ao comércio de permuta com as sociedades que se encontravam no sertão e principalmente, estavam diretamente envolvidos no tráfico de escravos, eles recebiam armas e pólvoras dos europeus para atacar grupos rivais e garantir prisioneiros.

O marfim continuou sendo depois dos escravos e do ouro, um dos produtos mais procurados. Anos mais tarde, a exportação de algodão, borracha e sementes oleaginosas dominaram o cenário econômico de Moçambique e com isso muitos povos se direcionavam para a costa oriental africana.

Antonio Mello Machado escreve sobre a frequência das mulheres nos mercados instalados ao longo do litoral. As mulheres com melhores condições buscavam por tecidos coloridos e por adornos. Segundo o autor:

“O vestuário é rudimentar entre as populações pagãs mais primitivas. Mas no litoral, sobretudo nas áreas de António Enes e Moma, as mulheres vestem com imenso gosto e colorido, enfeitando-se com lenços berrantes e adornos delicados e de bom gosto. Surpreende o visitante a beleza dos trajes, a garradice e o colorido das <<capulanas>> o aspecto airoso e agradável da apresentação feminina¹⁸”.

¹⁷MACHADO, Antonio. op. cit. p 128.

¹⁸*Ibidem*, p.220

Por muitos séculos, a visita periódica dos mercadores indianos e asiáticos influenciou a cultura de Moçambique a partir das suas mercadorias. Seus tecidos tinham um alto valor e foi a principal moeda de troca. Havia tecidos locais, mas eles não agradavam as mulheres moçambicanas que tinham um apreço maior pelos tecidos importados.

Os tecidos importados apresentavam uma textura encorpada e de cores variadas. Os comerciantes indianos usavam a urzela para tingir o algodão e a seda. A urzela era levada de Moçambique e dela se extraía um derivado de orcinol, uma tintura utilizada para tingir os tecidos.

“Com a intensificação da entrada de tecidos importados, sobretudo na segunda metade do século XIX, a preferência por tecidos indianos aumentou ainda mais. A presença destes comerciantes gerou uma dinâmica específica do comércio e do desenvolvimento do traje da mulher moçambicana. Além disso, como parte da “missão civilizatória” portuguesa, a produção local de tecidos foi desencorajada e se incentivou o uso de importados. Tecidos variados chegavam a Angoche e eram levados para o Vale do Zambeze (Moçambique). Em Angoche, se têm relatos de que o comércio entre o interior e o litoral ocorria em lojas de comércio geral, exploradas por comerciantes asiáticos¹⁹”.

O comércio com os povos das áreas rurais não era muito diferente dos povos da costa. Em primeiro lugar, porque a maioria desses estabelecimentos era de comerciantes asiáticos e muçulmanos, em segundo lugar, porque o comércio de permuta também era praticado pelos nativos. M’Bokolo entende que as trocas voltadas para o exterior só teve maior importância a partir do século XIX, antes desse período as fontes por ele consultadas mostram que havia uma economia de duas faces:

“Uma agricultura dominante e de caráter escravista, exclusivamente virada para a subsistência; um comércio que introduziu na África produtos da costa ou do mar (sal, cauris e pérolas) ou de estrangeiros (tecidos) e exportavam marfim, resinas vegetais (copal) e âmbar cinzento²⁰”.

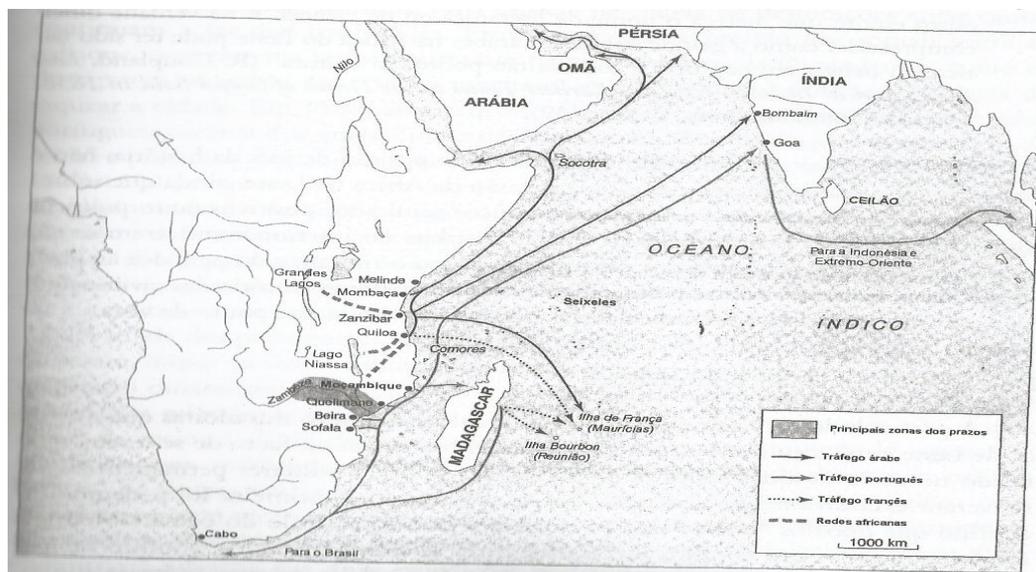
Para compreender como funcionava o comércio no litoral e no interior, B. G. Martins acredita que os aspectos geográficos no Oceano Índico facilitavam a transação com a Costa da Arábia e que esse fator foi extremamente importante para as relações intersociais de árabes e comerciantes muçulmanos²¹. Durante esse

¹⁹REZENDE, Débora Rapozo. op. cit. *Os tecidos nos circuitos comerciais e culturais no Índico*. Pesquisa PIBIC. PUC- Rio. 2014. p. 6.

²⁰M’BOKOLO, Elikia. op. cit. p 499.

²¹MARTINS, B. G., *On some members of the Learned Class of Zanzibar and East African in the Nineteenth Century*. Boston, Boston University, 1971.

período, as influências dos muçulmanos foram sendo inseridas nos sultanatos de Angoche e de Zanzibar que incorporaram a produção de tecidos, que eram usados como moedas de troca e geraram grandes riquezas e poder político. No mapa abaixo é possível observar a dinâmica do Oceano Índico e quem controlava os territórios e as transações.



Documento 1- “A dinâmica do Oceano Índico²²”.

Antonio Mello Machado em uma passagem descreve os produtos que as caravanas permutavam no litoral.

“Colhendo das caravanas negros que desciam ao litoral, as ricas pedrarias, marfim, o ouro, as peles, a cera, madeiras preciosas, ou fragantes essências, que permutavam por tecidos berrantes e adornos garridos, joalheria e armas com que atçavam a cobiça do nativo²³”.

Antes da chegada dos europeus, os povos africanos se organizaram em “reinos” independentes e mantinham contatos com mercadores de diferentes lugares. Os árabes foram os primeiros a investir no comércio negreiro, esses levavam escravos para Arábia e também para mercados do Mediterrâneo, o comércio de escravos foi praticado pelos árabes desde a Idade Média. Analisando as fontes, é possível compreender que antes mesmo das grandes navegações europeias, o continente africano já estabelecia contato com os europeus por intercessão dos muçulmanos, que até o século XX organizavam o comércio.

²²M’BOKOLO, Elikia. op. cit. p. 469

²³MACHADO, Antonio. op. cit. p. 113

A descoberta do ouro por parte dos muçulmanos possibilitou o contato com os primeiros europeus e por muitos séculos os muçulmanos controlaram o comércio desse produto. Mais tarde, os europeus exportavam para a África Oriental madeiras europeias, objetos de metal, ferramentas, entre outros, e os muçulmanos trocavam por perfumes, tecidos finos, marfim, etc.

Na fase anterior à chegada dos portugueses, Moçambique estava vinculada ao comércio em Sofala. Ferro e ouro eram comercializados com povos do Zimbábue, marfim e escravos da África Oriental eram trocados por tecidos, porcelana e especiarias que vinham da Ásia. Mesmo antes do século XIX o Oceano Atlântico Sul e o Índico foram regiões que se tornaram espaços comerciais favorecidos e também espaços de disputa entre as potências navais europeias que queriam a qualquer custo dominar essas regiões.

Entre o século XVIII e durante todo o XIX, o comércio de marfim e escravos fez com que os europeus olhassem para Moçambique com muito mais interesse. A comercialização de marfim fez avançar fronteiras suáílis para o interior do continente. Este produto começou a ser comercializado desde o século II da era cristã, aos poucos foi ganhando os mercados do Mediterrâneo, depois Índia e China. O comércio de marfim se manteve forte até o início do século XIX, a procura por este produto foi muito grande como escreve M'Bokolo;

“Ao mercado indiano, cuja a procura era tradicionalmente elevada e onde o marfim alimentava uma indústria activa de pulseiras, vieram juntar-se a partir de 1820, aproximadamente, o dos Estados Unidos da América e o da Europa²⁴”.

O marfim era um produto de luxo e fadado a um mercado socialmente restrito. Seu preço foi cada vez mais valorizado no decorrer dos séculos, em alguns mercados como o de Surat na Índia o preço dobrou entre os anos de 1800 e 1810. O alto consumo de marfim provocou modificações nos locais de produção, também nos mercados de escoamento e nas regiões de consumo. No início, Moçambique conseguiu assegurar a exportação de marfim, mas a partir do século XIX, por conta da alta demanda deslocou-se para Kilwa e Zanzibar. Ainda no início deste século, 80% do marfim importado era consumido pela Índia e o restante era reexportado para Londres e China.

²⁴M'BOKOLO, Elikia. op. cit. p.240

Muitos historiadores e arqueólogos acreditam que o intercâmbio comercial na costa africana do Índico teve início por volta do século XII. Objetos de louças, cerâmicas, objetos de vidros entre outros, produzidos em Madagascar nesse período foram encontrados em sítios arqueológicos. Nesse período a moeda de troca utilizada eram os cauris, que séculos mais tarde foram substituídos por moedas de prata e bronze.

O comércio em Angoche no século XVIII, contava com a participação de pequenos grupos estrangeiros, mas só em meados deste século a economia cresce com o incentivo dos portugueses. A partir disso os suaílis e os árabes tiveram condições de comercializar com os estrangeiros. A cidade de Angoche foi o principal ponto comercial e durante todo o século XIX, administrou as mercadorias vindas de Zanzibar, Comores, ilha de Moçambique, Europa e América.

Algumas sociedades se destacaram ao longo dos séculos devido a uma grande quantidade de determinada matéria-prima na sua região, e acabaram se especializando em certas funções. No “Documentário Trimestral de Moçambique”, foi apresentado o caso da Zambézia, onde havia grande quantidade de madeira, marfim e ouro, muitas pessoas tornavam-se ourives, torneiros, escultores de belíssimos jarros e esculturas em marfim. Foram encontradas diversas esculturas de homens e mulheres desta sociedade detalhando as suas fisionomias e também os seus ofícios. As esculturas de madeira eram ainda mais detalhadas. As joias eram muito cobiçadas pelos seus mínimos detalhes e o acréscimo das pedras preciosas tornavam as peças muito valiosas. Os chamados quelimanes tinham um domínio maior sobre o marfim e, em diferentes lugares do mundo, ainda hoje é possível encontrar diversas jarras, candelabro e caixas em marfim feitas por esse grupo. Os macondes tinham um domínio maior sobre a madeira, produzindo cadeiras muito trabalhadas e esculturas do próprio povo maconde. A figura da mulher na arte é muito importante para a construção desses saberes, existindo inúmeras representações delas. A madeira utilizada antes da colonização era muito leve e frágil. Eram produzidas máscaras conhecidas como *lipiko*, usadas nas danças *mapiko*.

Quadro: Exportações e importações realizadas na costa suaíli²⁵.

Artigo	Exportados	Importados
vestuário e adornos	marfim de elefante, rinoceronte e hipopótamo, peles, carapaças de tartaruga e pedras preciosas.	algodão, cera, lã, vidro, contas de pedras, fios de metal e joias.
Perfumes	ambâr e algália	sândalos, cosméticos e fragrância.
Comidas	sorgo, milheto, gergelim (usado para óleo), óleo de coco, vinagre, peixe seco	arroz, especiarias (especialmente pimenta, cravo, canela, noz-moscada), café, chá, outros alimentos.
Madeira	madeiras e ébano	teca (madeira da árvore originária da Índia)
Equipamentos	barcos, sisal, fibras de coco, borracha.	acessórios de ferro e latão
itens de luxo	marfim, cristal, goma copal, vernizes, tabaco, portas entalhadas, baús	latão, vidro, papel, tintas, madeira entalhada, livros, baús esculpidos
Guerra	marfim e chifres de rinocerontes para espadas e punhais, ferro forjado	armas, munições, pólvoras, espadas e adagas
religião e medicina	incenso, mirra, resinas, gomas, chifres de rinocerontes	conhecimentos religiosos e estéticos
Metais	ouro, cobre e ferro	ouro, prata e bronze
Trabalho	escravos domésticos e agricultores e concubinas	especialistas religiosos e artesãos

O século XIX foi um divisor de águas, com muitas guerras e disputas pelo controle comercial principalmente entre os portugueses e suaílis, pois as trocas comerciais nessas cidades se intensificaram não só pela quantidade de produtos exportados, como observamos no quadro acima, mas também pela praticidade do contato com outros comerciantes por estarem no litoral. Isso fez com que o norte de Moçambique, Madagascar, Comores e Zanzibar se tornassem verdadeiros polos comerciais no final do século XIX e início do século XX. A mão de obra escrava foi um dos principais produtos exportados nesse período.

Na tentativa de manter o crescente comércio, houve a necessidade de organizar o sistema comercial e as comunidades islamizadas ficaram com a comercialização no norte e os afro-portugueses responsáveis pelo comércio mais ao sul.

Os lucros no comércio escravagista chamaram a atenção de diferentes potências europeias que buscavam a todo custo fazer parte desse sistema que só

²⁵MATTOS, Regiane. op. cit. p 80.FONTE: MIDDLETON, John; HORTON, Mark. *The Swahili: the social landscape of a mercantile society*. EUA: John Wiley Professio, 2001, p. 13.

expandia. A rivalidade entre eles foi inevitável e diferentes estratégias foram inseridas para defenderem seus interesses como no caso da Grã-Bretanha que, no final do século XVIII, tem como objetivo manter os escravos no continente africano para que esses produzissem maior quantidade de açúcar e tabaco a ser exportado para a própria Inglaterra e diferentes lugares do mundo. Começaram a criar diferentes leis de proibição, para manter os escravos em suas plantações no continente.

O comércio de escravos ganha proporções ainda maiores nos finais do século XVIII até o início do século XX. Nesse período, a condição de escravo que vivia na África antes da colonização muda completamente. Após a colonização, os escravos são submetidos a trabalhos exaustivos, sem o mínimo de humanidade e são exportados para diferentes países como se fosse um produto qualquer.

Capítulo 2: Comércio de escravos e de outros produtos no século XIX.

Desde os primeiros contatos, os portugueses perceberam o quanto Moçambique era um local propício para a prática comercial na costa oriental africana, principalmente por terem uma boa relação com os mercadores indianos, o que permitia a navegação de longo curso. Na primeira fase, o interesse dos mercadores portugueses era o ouro de Monomotapa. O produto saía por Sofala e os mercadores árabes o exportavam. Durante todo o século XVI o ouro será o produto mais procurado. Os portugueses utilizavam o ouro para comprar especiarias das fazendas da Índia, e por esse motivo era fundamental que eles controlassem o comércio e a produção de ouro, o que só foi possível em meados do século XVII.

Nesse período também buscavam por marfim, cera e escravos. O comércio de marfim teve o seu auge do final do século XVII até meados do século XVIII, sendo o produto que por muito tempo alimentou o comércio indiano. Segundo Carlos Serra, o ciclo do marfim predominou duas modalidades comerciais;

“Uma delas consistia em traficar regularmente com os Macuas de reinos vizinhos e sazonalmente com mercadores Ajaua que, vindos do Lago Niassa, traziam essencialmente marfim e em menor escala tabaco e azagaias. Esse comércio era feito pelos portugueses que trocavam o marfim por tecidos vindos da Índia e por missanga. Quase 70% da missanga vinda de Portugal era destinada ao comércio dos Mujao’. Mas os mercadores Ajaua eram os mais desejados porque forneciam a maior parte do marfim que saía pelo porto de Moçambique. A segunda modalidade de comércio consistia em enviar ao sertão os patamares correspondentes aos mussambases do vale do Zambeze que eram mercadores africanos (mascates) que recebiam a mercadoria nos portos da costa e a introduziam no interior, feiras e aldeias, onde realizavam as trocas. Em algumas vezes não voltavam para prestar contas aos fornecedores²⁶”.

Em Inhambane, a partir do século XVIII aumenta significativamente a exportação de café para os países europeus. Cresce também a exportação de borracha, marfim, cera e sementes oleaginosas. Em Bazaruto, os negociantes asiáticos compravam amendoim, urzella, cera, marfim, e permutavam por pólvora, armas e enxadas, como escreve Regiane Mattos:

²⁶MATTOS, Regiane. op. cit. SERRA, Carlos (org). *História de Moçambique*. Maputo: Universidade Mondlane, Departamento de História e tempo. Editorial 1982-1983, 2 Vols. pp. 90-91.

“As descrições feitas pelos viajantes europeus mostra que as sociedades macuas dependiam muito do comércio de marfim, escravos, objetos de ferro e borracha, uma das suas principais ocupações era a fundição do ferro, que extraíam do monte de Chinga. Os objetos produzidos eram, em sua maioria, enxadas facas e machados. O controle desses produtos proporcionava prestígios aos chefes, que adquiriram um *status* de distinção entre os demais e também por estarem próximos as principais localidades comerciais. Muitas caravanas de macuas se dirigiam para estes pontos comerciais levando sacos de arroz e borracha que trocavam, em particular, por tecidos que não tinha em sua região²⁷.”

Francisco Maria Bordalo escreve no século XIX sobre a importância da comercialização de marfim entre mercadores de diferentes nações, que adquiriam especiarias da Índia e da Molucas por permutação. O Japão levava metais preciosos para a troca. Do Ceylão, Pegu e Narsinga, pérolas, rubis e diamantes eram utilizados para a permuta. Ásia e Oceania portavam produtos como madeiras, essências, estofos e frutos. Quem também permutava com a Índia Portuguesa era Moçambique e de lá “*vem-lhe oiro em pó e em barra, tartaruga, dentes de cavalo marinho, unicórnio e marfim*”²⁸.”

Moçambique no século XVIII produzia e exportava grande quantidade de ouro, marfim, âmbar, aljôfares, cauril, tartaruga, maná, escravos e etc. Também importava missangas, aguardente, armas e pólvoras e outros produtos.

A participação dos suaílis e macuas no comércio de Moçambique sempre foi muito forte. As sociedades macuas eram dependentes do comércio de marfim, escravos, borracha e objetos de ferro, como enxadas, facas e machados. Muitas das vezes, os europeus forneciam aos grupos macuas armas e pólvoras para que esses capturassem escravos a serem comercializados. Segundo Regiane Mattos:

“O controle do comércio desses produtos proporcionava prestígio aos chefes, que adquiriam um status de distinção entre os demais e também por estarem próximos às principais localidades comerciais. Muitas caravanas de macuas se dirigiam para estes pontos comerciais levando sacos de arroz e borracha que trocavam, em particular, por tecidos que não tinham em sua região”.

Na segunda metade do século XVIII, o marfim e o ouro perdem a preferência para o comércio de escravo, a busca por aqueles que tiram o ouro da terra, que tiravam o marfim do elefante e que poderia trabalhar nas lavouras ganham o favoritismo dos grandes fazendeiros.

²⁷ MATTOS, Regiane. op. cit. pp. 141-142

²⁸ BORDALO, Francisco Maria. op. cit. p. 73

2.1. A escravidão na África e o comércio de escravos

O tema da escravidão tem sido abordado cada vez mais por pesquisadores europeus e também por africanos. A historiografia mostra que a escravidão se iniciou bem antes da chegada dos europeus no século XV. Os suaílis escravizavam povos no interior do continente, mas o conceito de escravo nesse período é bem diferente do que utilizado para os escravos que vieram para as Américas.

A escravidão na África era conhecida como “*escravidão doméstica, de linhagem ou de parentesco*”. A forma de exploração acarretava dependências sociais. Eles tinham um proprietário, mas lhe era reconhecida a humanidade, poderiam inclusive se incorporar a sociedade através de laços matrimoniais. As mulheres e crianças tinham a preferência dos compradores devido à lógica de produção e o tempo maior de vida. Além disso, era mais fácil controlar as mulheres e as crianças do que os homens.

As formas de escravidão eram bem diversificadas, poderiam estar ligadas às guerras de expansão, lutas pelo poder, disputas políticas. Muitas vezes estavam associadas à fome (muitos homens e mulheres se auto escravizavam para não morrerem de fome), poderiam estar ligados às dívidas e penas por crimes (assassinato, roubos, adultérios, sequestros).

“Se definirmos o escravo como alguém que é propriedade do outro- que pode ser pessoa, grupo social, instituição ou cargo político, e cuja propriedade é reconhecida pelas leis e costumes, temos de concluir que a “prisão social” do cativo doméstico constituía uma forma de escravidão. Essa definição de escravo vale tanto para a escravidão “de linhagem” como para a utilização comercial em larga escala de escravos, esta também encontrada na África em lugares e períodos específicos²⁹”.

As condições de escravidão na África e nas Américas eram muito diferentes, principalmente no século XIX. Nas Américas, a teoria do darwinismo social (a hierarquização da cor, tendo o homem branco como o superior e o negro sendo colocado em último lugar) já era muito forte. O conceito de “raça” já estava muito introjetado nas sociedades americanas desse período. A partir dessa teoria eles justificaram a escravização e o imperialismo colonial na África. Na colônia os escravos eram submetidos a trabalhar o dia inteiro para produzir em grande

²⁹REIS, João José. *Notas sobre a escravidão na África pré-colonial*. Estudos Afro-Asiáticos, n 14, set. de 1987. p 6.

quantidade (café, açúcar, tabaco, etc.), para manter o estoque dos produtos mais procurados dos mercados internacionais. Assim, a mão de obra escrava ocupou um papel fundamental para a economia. A escravidão nas Américas teve um caráter brutal e injustificável.

João José Reis entende que os motivos para homens, mulheres e crianças serem escravizados variavam. Segundo o mesmo, se alguém fosse acusado de praticar feitiçaria, o grupo ao qual esse pertencia poderia vendê-lo ou expulsar o integrante da comunidade, ao ser vendido ou expulso ele passava a condição de estrangeiro. O autor afirma que no *Sena* de Moçambique era comum vender pessoas a grupos vizinhos para não morrerem de fome, eles eram trocados por comida, o que diminuía a quantidade de pessoas para alimentar, e aquele(a) que foi vendido também seria alimentado pelos grupos receptores.

Existe uma grande diferença do que foi a escravidão entre o continente africano e americano. Ao contrário das barbaridades feitas na escravidão de larga escala praticada nas plantações e nas minas, o escravo doméstico trabalhava, mas não era submetido a castigos ou a passar fome. Na base da ideologia de parentesco era possível o contato e o respeito entre senhor e escravo. Durante todo o texto, João José Reis mostra que o conceito de escravidão não pode ser generalizado, que diferentes sociedades africanas praticavam a “escravidão”, mas uma escravidão muito diferente do que aconteceu nas Américas, segundo o autor;

“Mas ali também houve uma forma muito peculiar de escravidão de pequena escala, conhecida ora por *escravidão doméstica*, ora por *escravidão de linhagem ou parentesco*. Nela a função e o status do escravo era bem diferente do que tinham na escravidão de *plantation* (o escravismo *tout court*), existente tanto nas Américas como, mais tarde, na África. Acrescente-se que o suprimento de cativos para o tráfico atlântico resultou na reorganização das funções de sociedades inteiras e na reinvenção da própria escravidão africana³⁰”.

A intensidade da escravidão comercial ocorreu no final do século XVII e durante todo o século XIX, foi nesse período que expandiram os estados que estavam ligados ao tráfico atlântico, os conflitos chegaram a ser comparados às guerras santas muçulmanas. Em muitas regiões do interior, onde as sociedades só conheciam a escravidão doméstica, a população era surpreendida e capturada, conhecendo uma nova forma de escravidão mais dura e longe dos princípios de humanidade.

³⁰REIS, João José. op. cit. p. 5

A escravidão de *plantation* se expandiu no século XIX dentro do continente africano e nas Américas. Na costa Oriental africana, escravos de *plantation* trabalhavam em grandes fazendas para produzir algodão, amendoim, gergelim, cravo, açúcar, entre outros. Nesse período, há uma necessidade de manter os escravos no continente africano, surgindo a pressão dos ingleses em acabar com o tráfico.

M'Bokolo compreende que o processo de escravidão foi dividido em duas partes. No primeiro momento o tráfico ligava a costa oriental da África com a Arábia e os produtos mais procurados eram marfim, ouro, madeira e a procura por escravos era bem menor do que a de outros produtos. No segundo momento, mesclava o comércio com cálculos políticos e as operações militares entre a Arábia e o Corno da África, onde a procura por escravos ultrapassa as outras matérias primas.

A mão de obra servil africana se tornou quase exclusiva nas Américas no setor agrícola, os portugueses foram os responsáveis por orquestrar o episódio mais bárbaro da história da humanidade no século XIX, nenhuma das regiões da África foi poupada.

O tráfico de escravos foi certamente um dos maiores empreendimentos comerciais do mundo atlântico. O “Novo Mundo” foi o que mais recebeu mão de obra escrava entre os séculos XVIII e XIX, devido às plantações da cana de açúcar na América Central e na América do Sul. No século XVIII, o açúcar ganhou mercados internacionais, como escreve Elikia M'Bokolo;

“Os mercados europeus consumiam quantidades sempre crescentes inicialmente de açúcar, a que se juntaram depois do tabaco, o algodão, o café, todos produtos que permitiam lucros deveras importantes. Introduzindo na Europa cerca de 1100, de acordo com Sydney Mintz, e difundido após o regresso dos cruzados que divulgaram os seus usos múltiplos, ao açúcar tinham sido atribuídas todas as virtudes, culinárias tanto como medicinais. Produto de luxo durante muito tempo reservado aos reis e à grande nobreza, gozava além disso de um poderoso poder simbólico. Ora o açúcar viu rapidamente aumentar o número dos seus utilizadores com o aumento do consumo do chá, do café e do chocolate³¹”.

A entrada de escravos no Brasil foi intensa durante os séculos XVIII e XIX. Mesmo com a proibição do tráfico em 1850, a partir da Lei Eusébio de Queirós, esse comércio aumentou. Escravos da África Oriental foram alvos dos

³¹M'BOKOLO, Elikia. op. cit. p. 262

comerciantes europeus durante esse período, quando milhões de homens, mulheres, crianças foram capturadas por grupos inimigos locais que tinham o apoio e as armas oferecidas pelos europeus.

Comunidades inteiras se envolveram no tráfico. Os europeus apoiavam alguns grupos incitando a violência, aproveitando-se das divergências entre as diferentes sociedades e fornecendo armas aos mais fortes. Os vencidos eram aprisionados e vendidos aos representantes comerciais que estavam no litoral africano. Esses eram os responsáveis em embarcá-los para as Américas. A comercialização nesse período acontecia mediante o pagamento de ouro e prata. Mercadorias como fumo, tecidos, pólvora e armas de fogo também eram trocados por escravos.

O tráfico de escravos no porto de Moçambique rendeu muitos lucros a partir do século XVIII. Nesse período havia o predomínio de holandeses na região centro ocidental, fazendo com que portugueses e “brasileiros” passassem a ampliar os investimentos no comércio escravagista na costa Oriental africana. Até o século XVII, os franceses controlavam o comércio entre Moçambique e as ilhas do Índico, onde “*produziram várias espécie de café e especiarias, como o cravinho, nas ilhas Reunião e Maurícia utilizando mão-de-obra escrava adquirida na costa da África Oriental*”³². Esses escravos vinham de Madagascar, Quiloá, Zanzibar e da ilha de Moçambique. Quem os comercializavam eram os árabes, os suaílis e os portugueses, responsáveis em manter a dinâmica do tráfico durante todo o século XIX.

“Os escravos eram trocados por armas de fogo, pólvora, tecidos, bebidas e missangas. Os principais produtos que seguiram para o interior do continente, destinados aos chefes que faziam a captura, eram os tecidos e as missangas, juntamente com o sal e as conchas”³³.

O tráfico de escravos foi mais intenso entre o século XVIII e o início do século XX. O historiador Diego Zonta,³⁴ afirma em sua pesquisa que os funcionários da coroa portuguesa e os franceses buscavam mão de obra escrava em Moçambique, Inhambane, Quelimane e nas ilhas de Cabo Delgado. E mesmo com a proibição do tráfico em portos portugueses os generais e governantes faziam manobras muito arriscadas para dar continuidade a esse comércio,

³²MATTOS, Regiane. op. cit. p. 82

³³*Ibidem* p.82

³⁴ZONTA, Diego. *Moçambique e o Comércio Internacional das Oleaginosas (1855-1890)*/ Diego Zonta. Lisboa: Universidade de Lisboa (Tese de Mestrado), 2011.

inclusive utilizando os portos menos fiscalizados que ficavam ao longo da costa mais ao norte.

Os ingleses tinham interesse particular em acabar com o tráfico. Em 1845, com a promulgação do *Bill Aberdeen* os portos passaram a ser mais fiscalizados. A Lei *Bill Aberdeen* autorizava apresar todas as embarcações que transportavam escravos, mas essa lei não foi o suficiente para acabar com o tráfico. O tráfico clandestino aumentou, pois os proprietários das grandes fazendas estavam preocupados em ficar sem a mão de obra escrava, estocavam escravos e, com isso, houve um aumento significativo desse comércio.

No tráfico atlântico os principais comerciantes foram os impérios Português, Britânico, Francês, Espanhol, Neerlandês e na região sul os Estados Unidos. Acredita-se que o número de escravos traficados foi de 12 a 15 milhões, mas esse número pode ser ainda maior, pois muitos nem chegaram ao seu destino devido à precariedade da viagem, morreram e foram jogados no mar.

Durante 350 anos de escravidão, estima-se que 12,5 milhões de africanos foram vendidos pelo mundo, sendo 95% vindo para o Caribe e América do Sul. O Brasil foi o que mais importou mão de obra escrava, devido a sua forte agricultura. O país construiu um verdadeiro império com a produção de cana de açúcar.

Por detrás dos movimentos humanísticos havia também um interesse econômico, pois os britânicos começaram a perder espaço no mercado financeiro prejudicando a sua economia. Por parte dos grandes fazendeiros, havia um temor em ficar sem a mão de obra escrava que garantia a eles o superfaturamento sob seus produtos. Na tabela abaixo, é possível ter uma ideia da quantidade de pessoas que foram forçadas a deixar o continente africano.

	Espanha / Uruguay	Portugal / Brasil	Grã-Bretanha	Países Baixos	EUA	França	Dinamarca / Báltico	Totais
1501-1525	6.363	7.000	0	0	0	0	0	13.363
1526-1550	25.375	25.387	0	0	0	0	0	50.762
1551-1575	28.167	31.089	1.685	0	0	66	0	61.007
1576-1600	60.056	90.715	237	1.365	0	0	0	152.373
1601-1625	83.496	267.519	0	1.829	0	0	0	352.844
1626-1650	44.313	201.609	33.695	31.729	824	1.827	1.053	315.050
1651-1675	12.601	244.793	122.367	100.526	0	7.125	653	488.065
1676-1700	5.860	297.272	272.200	85.847	3.327	29.484	25.685	719.675
1701-1725	0	474.447	410.597	73.816	3.277	120.939	5.833	1.088.909
1726-1750	0	536.696	554.042	83.095	34.004	259.095	4.793	1.471.725
1751-1775	4.239	528.693	832.047	132.330	84.580	325.918	17.508	1.925.315
1776-1800	6.415	673.167	748.612	40.773	67.443	433.061	39.199	2.008.670
1801-1825	168.087	1.160.601	283.959	2.669	109.545	135.815	16.316	1.876.992
1826-1850	400.728	1.299.969	0	357	1.850	68.074	0	1.770.978
1851-1875	215.824	9.309	0	0	476	0	0	225.609
Totais	1.061.524	5.848.266	3.259.441	554.336	305.326	1.381.404	111.040	12.521.337

Slavevoyages- Banco de dados do tráfico transatlântico de escravos³⁵.

Sidney Chalhoub, afirma que o tráfico no Brasil e no mundo era difícil de acabar, pois contava com o apoio de diversos setores da sociedade, principalmente com o esquema de corrupção em que se encontravam as autoridades públicas. O tráfico era indispensável para a manutenção da riqueza e poder da classe senhorial. Essa afirmação vem de argumentos de homens como Domingo Barreto que dizia, “*o comércio da escravatura e a própria escravidão se justifica porque ‘as nações têm um sistema’, tem relações particulares de seus interesses*”³⁶.

As autoridades faziam vistas grossas à chegada de navios carregados de escravos. Além da omissão por parte da Coroa, os senhores criavam novos sistemas para driblar aqueles que ainda queriam garantir a liberdade para os escravizados. Seus métodos eram ensinar o português antes mesmo de desembarcarem para mostrar que não eram boçais, alterar a idade e o seu local de origem, emitir certidão de óbito a pessoas vivas, dentre outras artimanhas.

No Brasil, a luta abolicionista não veio por meio da igreja, mas a partir dos homens letrados como José Bonifácio e Joaquim Nabuco que tinham um interesse político de construir a “nação”. A escravidão era algo atrasado e negativo que dificultava a consolidação desse projeto.

³⁵Slavevoyages- Banco de dados do tráfico transatlântico de escravos. <http://slavevoyages.org/>

³⁶ CHALHOUB, Sidney. op. cit. p. 39

As leis em favor do fim da escravidão em 1831, não foram aceitas e eram sempre burladas para garantir o sistema escravista. Por mais que os abolicionistas criassem leis, essas eram sempre infringidas. Mesmo com a Lei Eusébio de Queiróz, criada em 1850, que buscava o fim da escravidão, essa lei, só começou a surtir efeitos décadas depois, como escreve José Murilo de Carvalho:

“Os abolicionistas viam o problema do ponto de vista da nação, que incluía sem dúvidas interesses variados, inclusive dos proprietários. Seu apelo ao Estado para solucionar a questão se respondia à percepção de que assim se apressaria o processo, também tinha o sentido de não perturbar radicalmente a fábrica da sociedade. Daí também que, consumada a abolição, nada foi feito em benefício dos ex- escravos. O progresso do indivíduo era secundário. Os poucos que quiseram ir mais longe se calaram, ou foram calados pelo rolo compressor da República que foi entre nós o reino da *res privata*³⁷”.

No Brasil, a Lei Euzébio de Queiroz foi uma iniciativa de por fim ao tráfico. Com essa lei se iniciou o processo de abolição da escravatura que ocorreu apenas em 13 de maio de 1888, com a chamada Lei Áurea que foi assinada pela princesa Isabel. Mas até esse momento, diferentes leis foram sendo criadas na tentativa de acabar com o tráfico. No ano de 1871, os abolicionistas criaram a Lei do Ventre Livre, onde todas as crianças nascidas a partir desta data seriam livres. Em 1888, entrou em vigor a lei dos Sexagenários e, com ela, escravos maiores de sessenta anos de idade seriam livres. Cabe ressaltar que a grande maioria dos escravos não chegava a essa idade devido às condições de vida que levaram durante todo o período em que foram explorados.

2.2. O comércio de escravos na África Oriental e as transformações após a sua proibição.

O aumento no tráfico a partir de século XVIII entre a costa oriental da África e o Brasil foi atrelada à “*política colonial de incentivos ao tráfico de escravos, implementada pelo Marquês de Pombal, que fez da região oriental africana a grande fornecedora de escravos para o Brasil*³⁸”.

³⁷MURILO, José Murilo. op. cit. p. 63

³⁸MATTOS, Regiane. op. cit. p. 83-84

Com relação especificamente ao comércio de escravos entre o Rio de Janeiro e Moçambique, houve uma intensa relação de troca a partir do século XVIII. Para o historiador Manolo Florentino³⁹, existe uma explicação para isso. De acordo com este autor, existia um respeitoso laço de sociabilidade entre os mercadores “cariocas” com os mercadores do litoral de Moçambique. No século XVIII, comerciantes indianos e franceses comercializavam diretamente com os do Rio de Janeiro. De Moçambique chegavam diversos produtos como tecidos, especiarias, ouro e principalmente escravos. E do Rio de Janeiro eram levados pela “Casa do Rio de Janeiro” açúcar, mandioca, aguardente, entre outros produtos.

“Pensada para o resgate de escravos de longa distância, esta sociedade que ficou conhecida pelo nome de Casa do Rio de Janeiro, viu-se obrigada igualmente a envolver-se no comércio interno de Moçambique, dado que as mercadorias que enviava para o «tráfico de almas», para além de desajustadas não conseguiam concorrer em qualidade e preços, com os tecidos indianos e com as «armas, a pólvora, os panos de café de origem Malabar e as patacas espanholas» trazidas pelos franceses⁴⁰”.

Com a fiscalização nos portos principalmente ao sul de Angola, a solução foi voltar para a costa do Índico onde não tinha tanta fiscalização. Na costa de Moçambique, embora houvesse uma pressão muito forte para o fim do comércio negreiro, este se estendeu até o início do século XX.

Antonio de Mello Machado, também se preocupa em tratar sobre a escravidão. O relatório por ele produzido carrega um problema muito comum nas obras escritas pelos europeus. Em seu relatório, ele escreve a história dos vencedores. Escreve sob o ponto de vista eurocêntrico, ainda mais por estar ocupando o posto de capitão na expedição para Moçambique. Segundo este capitão, os muçulmanos são os maiores responsáveis pelo comércio escravista. Em vários momentos do relatório, o autor utiliza argumentos para justificar o tráfico de escravos realizado pelos portugueses e ainda afirma que os muçulmanos foram os grandes responsáveis pela escravidão.

Segundo o levantamento de Diego Zonta, o comércio nessa região era intenso e os portugueses foram responsáveis pela exportação de mais de 160.000 escravos só na última metade do século XIX. Mais tarde, os franceses também

³⁹FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁴⁰ ANTUNES, Luis Frederico. op.cit. p. 4

participaram do tráfico negreiro na costa oriental. E no final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, os muçulmanos intensificaram suas feitorias em Zanzibar e Madagascar e esses foram os últimos a deixar essa prática comercial, sendo que a escravidão nessas duas áreas só acabou por volta de 1909.

A historiografia vem mostrando que a participação dos portugueses no tráfico negreiro é inegável. Foram eles também responsáveis por manter essa prática. Nos finais do século XVII, já havia um grande número de mercadores portugueses em Moçambique. Eles fomentavam disputas e guerras, fornecendo armas, além de fazerem muitas alianças com mercadores da África Oriental, europeus e “brasileiros”.

Com a proibição do comércio de escravos na África Oriental, outra prática de comércio realizado pelos portugueses no fim do século XIX ganhou prioridade. Moçambique começou a produzir e exportar mais produtos agrícolas e de extração para as indústrias europeias. Com isso, se manteve positivamente no mercado financeiro com um novo sistema comercial. Esse sistema garantia que os produtos não ficassem retidos nos portos. A maioria dos produtos vinha da agricultura, como as sementes oleaginosas e também o algodão. Estes produtos foram responsáveis por inserir Moçambique na economia mundial, como veremos no próximo capítulo.

Capítulo 3- A colonização portuguesa e o comércio de oleaginosas.

3.1. O comércio de oleaginosas

As mudanças demográficas, a afirmação do capitalismo no século XIX e a Revolução Industrial estimularam a produção de diferentes mercadorias em Moçambique e em toda Costa do Índico a partir de incentivos de países industrializados. Nesse período, o número de produtos para a exportação cresceu muito. Os produtos mais requisitados nos países industrializados eram açúcar, algodão em rama, bagaços de oleaginosos, bananas, carvão mineral, cera, cereais em grão, marfim, algodão, sisal, entre muitos outros.

A ilha de Zanzibar era composta por diferentes comunidades árabes que ficaram divididas pela costa e o Oceano Índico, Mogadiscio a Moçambique. Com a chegada dos portugueses, os árabes perderam espaços para comercializar. No século XIX, Zanzibar exportou muita mão de obra escrava, mas também estava empenhada na produção e exportação de cravo da Índia e coco produzidos dentro do sistema de plantação escravagista. Nesse período, Zanzibar dependeu dos Estados capitalistas industrializados, principalmente o Reino Unido que lhes “garantia segurança”. Os governos europeus forneciam panos de algodão, pérolas, pólvora, arma de fogo e outros produtos.

Segundo M’Bokolo, a produção de cravo-da-Índia exigia muita mão de obra e que a “*cultura do craveiro da Índia só começou a expandir após o tratado entre o sultão de Omã e o Reino Unido*”⁴¹. A plantação do cravo da Índia foi muito significativa. Durante a primeira metade do século XIX, o produto foi cada vez mais valorizado, tendo seu auge entre 1835-1845, junto com os coqueiros.

Cada produto tinha sua importância e o seu valor no mercado financeiro. A extração do óleo da palma ganhou mercados do mundo inteiro, pois com essa matéria prima se produzia lubrificantes usados nas indústrias, velas, também era usado na preparação de alimentos. Outro produto, muito comercializado nesse

⁴¹M’BOKOLO, Elikia. op. cit. p. 236

período era o amendoim, seu cultivo trouxe mudanças para o cenário comercial e também em sua natureza como destaca Diego Zonta:

“Muitos africanos responderam prontamente à demanda não somente com o aumento do excedente, mas com transformações na própria natureza da produção, como foi o caso do reino de Daomé, que passou a utilizar a mão de obra escrava não mais para ser vendida ao Brasil, primordialmente, mas no cultivo à exportação”⁴².

As mudanças continuaram. Além da agricultura, esse novo comércio trouxe também alterações na política, principalmente nas relações sociais e econômicas como o autor também aponta:

“O novo comércio também modificou as relações internas de poder nas regiões produtoras. A produção foi garantida por pequenos produtores, geralmente no seio de núcleos familiares, que podiam por si só negociar o excedente diretamente com os intermediários das casas comerciais. Essa prática significou um duro golpe aos chefes africanos que centralizavam o poder e controlavam, até então, o comércio e suas as benesses”⁴³.

Diego Zonta analisa as transformações comerciais no Índico que se iniciaram por volta de 1850 e se estenderam até meados do século XX, quando a economia estava parcialmente voltada para esse comércio, pois ainda nesse período, apesar da proibição, os portugueses estavam exportando mão de obra escrava. Boa parte dos mercadores de escravos aderiu ao comércio de produtos agrícolas e de extração, devido às vantagens desse setor. Começaram a plantar mais e inclusive contratar ex-escravos para trabalhar em suas fazendas.

Os produtos mais importados pela Inglaterra e França durante o século XIX, foram as sementes oleaginosas. Com a descoberta do que poderia ser feito com elas, o consumo só fez crescer. O amendoim, especificamente, foi inserido na produção de sabão, óleo e azeite, assim como o gergelim que também era a principal matéria prima para a produção de óleo.

No século XIX, Francisco Maria Bordalo explica que a produção de óleo de gergelim e amendoim tinha a mesma técnica. Primeiro os produtos eram amassados e formavam uma espécie de pasta, depois era despejado em um recipiente com água fervendo, onde o calor da água permitia a separação do óleo que era retirado com a ajuda de colheres de madeiras.

Guilherme Ivens Ferraz, em 1902, escreve em seu relatório sobre o envolvimento dos asiáticos no comércio com a África oriental. A procura por

⁴²ZONTA, Diego. op. cit. p. 22.

⁴³*Ibidem* p.44.

amendoim era constante pelos mercadores asiáticos. As suas diferentes finalidades na cozinha e também no preparo de roupas de couro, sabão e até verniz fez com que a procura por este produto se intensificasse durante os séculos XVIII e XIX. Outro produto muito consumido nesse período foi a urzella, um corante muito usado para colorir panos de seda e algodão, seu consumo foi de extrema importância para a economia do império português do Atlântico. Durante muito tempo essa matéria prima foi exportada para a Inglaterra. Ainda sobre os asiáticos e os produtos por eles procurados, o autor escreve que:

“As principaes vias de communição com o sertão eram os rios que desagúam na Bahia, percorridos pelas embarcações dos negociantes asiáticos, que iam a grande distancia comprar, a troco de artigos da Europa e a da Índia, mendobi, urzella, cera, couros e marfim, que depois vendiam as feitorias a presidio, os quaes exportavam esses productos em navio de vela, pangaios e nos vapores da *Union Line*⁴⁴”.

Com o grande fluxo na exportação, Moçambique passou a ganhar confiança no novo comércio e abriu uma concorrência com produtos que dominaram o comércio por séculos como o marfim, o ouro, a cera de abelha e escravos. Nesse período, além das oleaginosas, o algodão e a borracha começaram a ser exportados em quantidades cada vez maiores. Também começou a importar armas, pólvora, enxadas, trigo, vinho, entre outros produtos. O comércio se afirmava e a quantidade de produtos exportados e importados crescia a cada ano.

Guilherme Ivens Ferraz destaca que o distrito de Gaza tinha uma flora muito rica e produtiva. Nas florestas era possível encontrar ótimas madeiras, como o ébano preto e vermelho, encontravam-se também ótimas borrachas. Segundo o autor, havia também nesta província de Moçambique gado bovino e caprino, tudo em abundância, o que era muito positivo para os comerciantes.

“O commércio é exercido por europeus e mais ainda por asiáticos, que, recebendo as suas mercadorias pelo rio Limpopo no Chai-Chai, as espalham por todo districto e parte do de Inhambane, quer em embarcações que sobem o rio e seus affluentes, quer, pelas estradas, as costas dos pretos ou em Carretas (...). A exportação do Limpopo, em pequena escala, milho, borracha e gado⁴⁵”.

Durante todo o século XIX, muitos tratados foram realizados para manter a circulação de pessoas e de produtos. No parecer de comércio, escrito pelo Tenente General João Manuel da Silva em 1827 para Antonio Manuel de Noronha, é

⁴⁴FERRAZ, Guilherme Ivens. op.cit. p. 4-5

⁴⁵*Ibidem.* p. 39

possível compreender as relações intrínsecas entre o Iman de Mascate e o rei Abderame de Madagascar sobre a proteção do régulo de Quissumbo. Nos portos por eles administrados circulavam gado, arroz, milho e marfim vindos de Madagascar, manufaturas da Arábia, da Pérsia e da Índia também foram comercializadas.

Contudo, é possível observar que existe uma forte conexão entre esses povos, e essas alianças resultaram na circulação de pessoas, produtos, práticas e saberes, que veio a sustentar a dinâmica comercial durante todo o século XIX e início do XX.

O “novo comércio” teve o incentivo dos capitalistas e isso ocasionou a expansão do imperialismo. As sociedades africanas sentiram dolorosamente os impactos desse sistema que aprofundou ainda mais as desigualdades, que até hoje estão presentes no continente africano.

A produção e o comércio dos produtos agrícolas deixaram de ser uma prática comercial familiar, onde os excedentes eram vendidos e passou para a exploração através do sistema de *plantation* e da implementação dos sistemas coloniais, em que esse domina uma região, explora comunidades locais e seus recursos naturais.

3.2. A corrida imperialista europeia na África.

O imperialismo europeu na África ocasionou a partilha do continente entre as grandes potências europeias entre o final do século XIX e o início do século XX. A exploração no continente africano por colonizadores estrangeiros teve consequências desastrosas visíveis até os dias atuais no continente.

O avanço das grandes navegações, entre os séculos XV e XVII, fez com que Portugal se lançasse à exploração do continente africano. Durante alguns séculos, os portugueses permaneceram apenas no litoral do continente, comercializando escravos, ouro e marfim. Com o crescimento de outras potências europeias, a disputa pela dominação do continente aumentou e adentrou no interior do território.

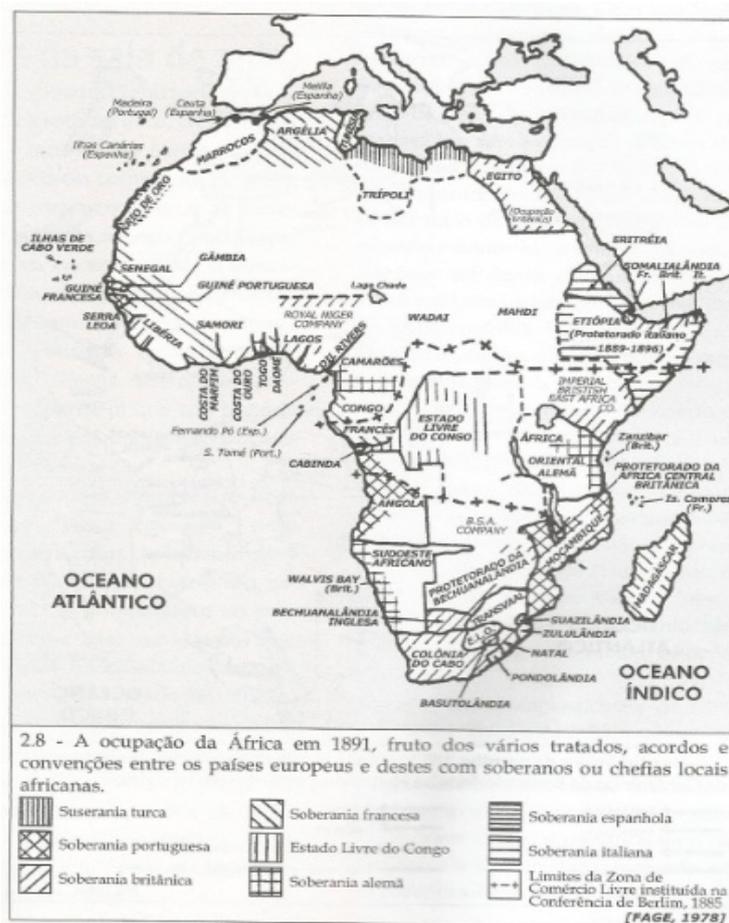
A ocupação dos militares portugueses na África começou em 1880, mas só se concretizou durante o século XX, quando os portugueses conseguiram dominar Moçambique, Angola e Guiné através de um longo processo, que custou muito ao governo de Lisboa.

A presença de novos países europeus no continente africano reduziu drasticamente as sociedades africanas e suas práticas culturais. O interesse em garantir riquezas a partir da exploração de ouro, cobre, do comércio escravagista e marfim, acabou prejudicando muitas sociedades. Diferentes estratégias foram adotadas para facilitar a circulação desses e de outros produtos.

A dominação imperialista no continente africano foi repleta de conflitos entre as sociedades africanas e os colonizadores. Em Moçambique, os portugueses levaram séculos para dominar o território, só conseguindo através de muitas alianças com as chefaturas locais ou de guerras.

A historiografia vem mostrando as resistências das sociedades africanas. Apesar da supremacia dos europeus, o processo de conquista territorial foi um processo longo e que custou a vida de muitos europeus devido às condições climáticas e aos constantes enfrentamentos com os africanos. A dominação imperialista foi inevitável, mas ela aconteceu sob forte resistência e custando muito dinheiro.

Os países europeus também entraram em conflito entre eles. As disputas por territórios no continente africano e o controle sobre os produtos geraram grandes tensões entre as antigas e novas potências europeias. Conforme crescia o processo de dominação, mais instável se tornavam as relações entre as grandes potências.



HERNANDEZ, Leila. A África em sala de aula. p 66

O imperialismo na África teve objetivos políticos e de domínio territorial. Esse termo começou a ser utilizado a partir de 1870, na Grã-Bretanha. A ideia era criar uma aliança imperial fundamentada na consolidação da unidade dos Estados livres do império. Segundo a historiadora Leila Hernandez;

“Tanto a partilha como na ocupação efetiva foram impulsionadas pela concorrência entre várias economias industriais, buscando obter e preservar mercados, e pela consequência da articulação desses processos, assistiu-se ao imperialismo que agressivamente conquistou áreas de influência, protetorados e colônias, em particular no continente africano⁴⁶”.

O imperialismo, a partir do final do século XIX, esteve completamente ligado ao sistema capitalista. Diversas alianças entre os governos europeus foram realizadas no intuito de manter territórios e estabelecer controle econômico. Além disso, o imperialismo levou à dominação e muita violência física e cultural, afetando significativamente os modos de vida, a cosmovisão e as religiões dos africanos. O termo imperialismo sustenta diferentes premissas ideológicas, mas

⁴⁶HERNANDEZ, Leila. op. cit. p. 71

mantém a ideia de expansão e dominação muito presente. A desigualdade é a base dessa estrutura, o que era notório nas relações de superioridade entre as metrópoles e suas colônias.⁴⁷

O continente africano foi o que mais sentiu as influências do imperialismo, principalmente após a partilha da África. A partir das resoluções propostas na conferência de Berlim, realizada em 1885, um acordo entre os países da Europa definiu as regras de apoderamento do continente. Maurício Parada observa que:

“A retórica do crescimento moral fica em segundo plano, diante das questões regulatórias acerca da ocupação e da liberdade de comércio. Como dissemos, o espírito da conferência foi garantir uma redução no conflito entre as potências européias e estabelecer um marco normativo internacional capaz de permitir uma ação que fosse reconhecida por todas as potências coloniais. Mesmo as disposições acerca do tráfico de escravos dentro da África podem ser consideradas medidas que visavam restringir a tensão entre os receptores europeus e seus aliados. O congresso de Berlim estabelece uma “Pax Africana” e abre o caminho para a conquista européia do continente⁴⁸”.

As mudanças no sistema econômico, sobretudo na área da agricultura que mantiveram os territórios africanos no mercado “lícito”, só foram possíveis a partir das conquistas e das instalações dos sistemas coloniais. Para defender a soberania, as chefias africanas precisaram de métodos que melhor lhes beneficiassem como as alianças ou a submissão temporária, que teve consequências até os dias atuais, com a dependência econômica e confrontos geopolíticos em diferentes países africanos.

De acordo com os historiadores Maurício Parada e Leila Hernandez, as resistências só foram possíveis devido à força das populações africanas e a inabilidade dos europeus em entender e submeter às diferentes culturas que encontraram. Segundo as pesquisas dos autores, os europeus só conseguiram adentrar ao continente quando passaram a aliciar os africanos. Mas, os africanos também tinham seus interesses. “*Grandes impérios africanos se aliaram as potências coloniais para destruir grupos rivais africanos*⁴⁹”. O processo de conquista dos territórios africanos só foi possível a partir das alianças realizadas entre os chefes das sociedades africanas e os colonos das chamadas “guerras de pacificação” no caso das sociedades africanas resistentes.

⁴⁷ A esse respeito ver também Parada, Maurício. *A história da África Contemporânea*/ Maurício Parada, Murilo Sebe Bom Meihy, Pablo de Oliveira de Mattos.- Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio : Pallas, 3013.

⁴⁸ *Ibidem.* p.33

⁴⁹ *Ibidem.* p.40

3.3. Implementação da colonização portuguesa em Moçambique: a intensificação da produção e do comércio de oleaginosas.

A partir das instalações das casas comerciais em Moçambique, os produtos de origem vegetal começaram a ser exportados em quantidades cada vez maiores. Produtos como gergelim, amendoim, arroz, mandioca, chibamba (espécie de feijão), tabaco, vinagre de caju, coco etc., foram ganhando mercados no mundo inteiro.

Com a inserção desses novos produtos, há uma modificação nas relações internas de poder, pois a produção que antes era realizada por pequenos produtores que negociavam com os intermediários, responsáveis pela manutenção das casas de comércio não era mais possível. O fato de serem dominados e com a implantação do colonialismo, os pequenos produtores deixam de produzir para si e passaram a produzir para os colonizadores, perdendo completamente a sua autonomia na prática comercial.

As casas de comércio, além de negociar com os pequenos produtores davam a eles o acesso aos diferentes produtos vindos do exterior. Algumas mercadorias só eram administradas por comerciantes que acumulavam poder político e organizavam caravanas, produtos como o marfim e escravos eram constantemente solicitados. Esses produtos foram muito usados no interior do continente e devido à complexidade na captura exigia um grande número de pessoas. Com a colonização, os pequenos grupos e indivíduos não tinham autorização de comercializar. Até porque a captura de marfim e escravos demandava tempo e um sistema de organização para armazenar e levar até o litoral.

Diego Zonta define dois tipos de comércio na África Oriental durante o século XIX. Primeiro o chamado comércio “ilícito” que tinha como principais produtos escravo, ouro e marfim. Nesse caso, as mercadorias já eram proibidas, a fiscalização sobre elas era ainda maior e corriam sérios riscos de ficarem presas nos portos. O segundo era o comércio “lícito” que possibilitou a inserção de diferentes produtos africanos no mercado internacional, como algodão, oleaginosas, coco, madeiras, entre outros. Esses produtos não tinham restrições para serem comercializados. Os pequenos produtores e, mais tarde, os grandes

fazendeiros perceberam que essas mercadorias, além de não ficarem retidas nos portos, aumentavam cada vez mais o seu valor de mercado.

“Dada a nova conjuntura internacional, desencadeada principalmente na Europa, decorrente do acelerado processo de industrialização e do aumento de consumo das massas trabalhadoras, a procura por matérias-primas encontrou na África um produtor à altura. E Moçambique não ficou indiferente à nova realidade. As pressões pelo fim do tráfico fizeram Portugal modificar a sua postura comercial com relação à sua pretendida província, aceitando a participação de compradores que tinham, à ocasião, não somente interesses pelos produtos moçambicanos, mas principalmente recursos financeiros para tal. O aumento do comércio lícito na costa oriental deu-se, portanto, simultaneamente com o auge do tráfico clandestino de escravos e às pressões por parte dos europeus em aboli-lo⁵⁰”.

No final dos anos 50 do século XIX, começou-se a produzir mais esses produtos “lícitos”, utilizando-se ainda a mão de obra escrava. Mesmo com a legalização dos produtos, a exploração econômica na província de Moçambique continua muito forte, assim como o trabalho forçado e o controle das terras realizadas pelos europeus.

A autonomia africana se perdeu no final do século XIX. O domínio colonial tomou conta, sobretudo a partir de 1920, quando as operações militares de ocupação portuguesa se instalaram. Mas a ocupação não foi simultânea. Segundo Diego Zonta, “o controle português não se deu ao mesmo tempo em todo o território, e mesmo na faixa litorânea que percorre desde o extremo norte de Moçambique até a vila de Inhambane, ao sul⁵¹”. Com o fim da autonomia, os colonizadores mantêm em Moçambique a força de trabalho, para que pudessem produzir mais, e conseqüentemente, aumentar a quantidade de produtos exportados e também cobrar impostos.

O primeiro produto agrícola que foi produzido na forma de *plantation* em Moçambique foi o coco, em seguida o gergelim e o amendoim. Segundo Diego Zonta, na Companhia da Zambézia em 1900, foi exportado 433 toneladas de sementes oleaginosas.

O novo comércio trouxe problemas para os habitantes naturais de Moçambique e boa parte do continente africano. Com a industrialização e o incentivo dos capitalistas, os pequenos produtores tiveram que se dedicar muito

⁵⁰ZONTA, Diego. op. cit. p. 27

⁵¹ *Ibidem.* p. 29

mais à produção das oleaginosas, reduzindo o número de alimentos plantados em suas *machambas*⁵², para seu próprio consumo.

A produção das oleaginosas alterou o sistema comercial vigente. Antes, o excedente era exportado e os africanos tinham autonomia. Com a lógica voltada para o mercado de exportação, os produtos a serem exportados ganharam mais espaço nas plantações e a produção de alimentos para o próprio consumo foi perdendo cada vez mais áreas para a plantação.

A explicação para o crescente comércio das oleaginosas é o fato de que, durante a Segunda Revolução Industrial iniciada na Grã-Bretanha, existe uma necessidade de utilizar óleo de boa qualidade e em grande quantidade para manter a lubrificação das novas e mais rápidas máquinas industriais. O óleo de peixe até então utilizado não foi o suficiente para manter as necessidades das indústrias de sabão e as estearinárias (fábrica de velas). Essas duas indústrias foram as que mais necessitavam da importação das sementes oleaginosas.

Diego Zonta aponta os diferentes produtos que foram introduzidos no continente europeu para a produção de óleo. A cidade de Marselha recebia grande quantidade de amendoim. Liverpool adquiria preferencialmente a palma e Hamburgo obtinha maior quantidade de palmito.

“Para facilitar a entrada de sementes oleaginosas, os países europeus reduziram, ou até mesmo isentaram de taxas de importação. A abertura do canal de Suez, em 1869, também alentou ainda mais o trânsito das sementes em direção à Europa, principalmente de amendoim e gergelim. A concorrência do óleo de origem petrolífera a partir de 1870, não afetou, contudo, as saboarias e as estearinárias, que continuaram a utilizar as sementes oleaginosas como matéria-prima. O comércio intercontinental destas sementes fez parte de um movimento mais amplo de aceleração de uma economia global única, atingindo pontos cada vez mais distantes do mundo, e que continuou a aumentar em termos de volume e valor entre 1875 e 1914⁵³”.

É interessante notar que os produtos foram catalogados para a exposição de Londres (1862) e divididos em três grupos. O primeiro grupo, classificado como “A”, continha os produtos mais importados pelas indústrias europeias, como algodão, açúcar, café e tabaco. O segundo grupo era o “B”, nele estavam os diferentes tipos de madeira, que também foram muito importados. O terceiro grupo “C” é das oleaginosas, resinosos e diferentes produtos alimentares. Anos

⁵²Machamba- termo usado para terreno agrícola de produção familiar, terreno de cultivo.

⁵³ZONTA, Diego. op. cit. p. 46

mais tarde, o gergelim e o amendoim foram os responsáveis em manter Moçambique como o maior exportador desses produtos.

Em 1835, Xavier Botelho⁵⁴ escreve como o amendoim e o gergelim se transformava em óleo e quanto esses produtos foram utilizados para cozinhar: “*Do gerzelim fazem também azeite da mesma arte que fazem o amendoim; e bem pilhado servem-se delle para cozinhar*”⁵⁵. Outros produtos como mandioca, arroz, feijão e milho também são tratados pelo o autor que especifica os meses do ano que esses estão prontos para colher.

Durante todo o século XIX e XX, indústrias europeias se instalaram na África Oriental com o objetivo de aumentar a produção de oleaginosas. Esses produtos faziam com que as grandes indústrias em diferentes lugares do mundo não parassem de funcionar.

“Os portugueses, apesar de não controlarem o novo capital que começava a instalar-se na costa e da sua ínfima participação no comércio das oleaginosas, souberam criar as primeiras condições para favorecer tal comércio e tirar vantagens do mesmo. Foram abertas as alfândegas de Ibo, Quelimane, Inhambane e Lourenço Marques; modificaram-se as tarifas alfandegárias com o intuito de alentar as trocas comerciais; abriram-se oficialmente os portos a outros países em outubro de 1853; e, no mesmo ano, assinou-se um tratado comercial com a França, que trouxe na sequência a instalação nas costas moçambicanas das firmas marsehesas de Fabre et Fils e Régis Ainé, as duas mais importantes empresas comerciais de oleaginosas que operaram em Moçambique no século XIX”⁵⁶.

No ano de 1869, o canal de Suez foi aberto, possibilitando o comércio das sementes oleaginosas que saíam da costa de Moçambique em direção aos portos da Europa.

Como mencionado acima, no início, a produção de amendoim e gergelim era realizada pelos pequenos produtores, na base do contexto familiar. Com a crescente demanda os comerciantes começaram a optar por outros produtos que alimentassem os comerciantes e escravos. Na travessia para as Américas os escravos eram alimentados com amendoim, um alimento hipercalórico que ajudava a matar a fome dos traficados.

O comércio das oleaginosas ultrapassou aos poucos o antigo comércio que tinha como os principais produtos escravo, ouro, marfim e cera de abelha. A

⁵⁴BOTELHO, Sebastião Xavier, *Memória estatística sobre os domínios portugueses na África Oriental*, Lisboa, Typ. de José Baptista Morando, 1835.

⁵⁵*Ibidem*. pp. 197-198.

⁵⁶ZONTA, Diego. op. cit. p. 66.

utilização dos tecidos e do sal foi usada para a permuta de sementes. Mais tarde, chegava a Moçambique machados e enxadas de ferro que facilitava o cultivo das sementes, aumentando a área a ser cultivada e conseqüentemente expandindo a produção. Os grandes comerciantes até meados do século XIX recorriam a pequenos produtores para aquisição das sementes. O excedente era permutado em pequenas lojas e casas de comércio, onde os produtos ficavam estocados até que atingissem uma quantidade considerável para serem enviados aos portos localizados no litoral.

No Documentário Trimestral de Lourenço Marques, consta o desenvolvimento da agronomia na primeira metade do século XIX. Já é possível perceber resultados muito positivos do uso de sementes no campo da química, biologia, mecânica e diferentes áreas. A necessidade de matéria prima para diferentes áreas impulsionou o desenvolvimento agrícola em Moçambique, como destaca o documento:

“Em 1838 fundou-se a primeira empresa de caráter agrícola - a *Companhia de Agricultura, Industria e Comércio de Moçambique* – que tinha como principais objectivos a cultura da cana de açúcar, café, algodão, e outras. Não foi longa a vida desta companhia; porem, deixou aberto o caminho à iniciativa de portugueses e de estrangeiros que iam aparecendo⁵⁷”.

As sociedades que compreendiam o território da chamada África Oriental traficaram milhões de escravos no final do século XVIII e durante todo o século XIX. Entretanto, com as leis de proibição do tráfico de escravos, um novo comércio se instalou nessa região. A Ilha de Zanzibar começou a fazer parte da *economia-mundo* a partir da produção de cravo-da-índia na metade do século XIX, aderindo ao sistema de *plantation*.

Além dos pequenos produtores que tinham uma produção familiar e que vendiam o seu excedente, havia na ilha de Moçambique grandes capitalistas, que utilizavam mão de obra escrava nas plantações de cravo-da-índia e cana-de-açúcar na Ilha Maurício. Boa parte do território na Ilha Maurício estava ocupada por plantações de cana-de-açúcar. Esta ilha também importava de Madagascar arroz e bois a serem comercializados em seu porto, já que as Ilhas Maurício, no início do século XIX, se tornou uma colônia britânica.

⁵⁷Documento Trimestral de Lourenço Marques. 1935. p. 108

A historiadora Analúcia Danilevicz, entende que a partir do final do século XVIII, quando o comércio voltado para a agricultura ganhou espaço, os colonos percebem que a mão de obra escrava no continente é necessária para o crescimento comercial. O sistema de *plantation* será fundamental para o crescimento do comércio “lícito”. A autora ainda afirma que:

“Foi com o aumento das plantações de cana-de-açúcar, no conjunto das Ilhas Mascarenhas (especialmente Maurício, Reunião e Rodrigues), após terem se tornado colônias francesas no início do século XVIII, que o interesse pelas fontes de mão de obra escrava na costa oriental africana tornou-se efetivo⁵⁸”.

Segundo M’Bokolo, não houve ruptura entre o comércio <<vergonhoso>> de escravos e o comércio “lícito” de produtos agrícolas e outros. Para ele, foi um processo lento e que, durante boa parte do século XIX, essas duas práticas de comércio eram realizadas ao mesmo tempo. M’Bokolo apresenta o caso de um negreiro que aderiu à prática dos dois comércios. “*Domingos José Martins declarava em 1850, com alguma sinceridade, que <<”o comércio de escravos e o do óleo se ajudavam um ao outro e que não sabia qual era mais lucrativo”>>*⁵⁹”. A prática simultânea entre esses dois comércios crescia cada vez mais entre os grandes negreiros e capitalistas, com isso os lucros dobravam.

Domingos José Martins, que traficou grandes quantidades de escravos entre 1845 até o ano de 1864, praticou os dois comércios, “*fazendo mais de 200 000 dólares por ano com o comércio de óleo de palma*⁶⁰”. O impacto do novo comércio foi significativo e vários setores foram atingidos, inclusive os consumidores africanos, como destaca M’Bokolo;

“A ascensão do comércio lícito aumentou significativamente o número de consumidores africanos, precisamente no momento em que, graças à revolução industrial, os europeus produziam mais, e mais barato, e começavam a exportar para África mercadorias mais abundantes e menos caras. É certo que nem todos os produtos propostos pelos europeus provinham de novas indústrias, como se verifica pela simples leitura da composição dos “fardos” dados em troca dos produtos africanos e pelo exame das estatísticas de exportação. Assim, para a Grã-Bretanha, os novos produtos da indústria (tecidos de algodão e de lã, armas de fogo, ou até gin) andaram, durante muito tempo a par com as velhas mercadorias do <<comércio triangular>> (run, tabaco, missangas e outros <<bens de prestígio>>) ⁶¹”.

⁵⁸ VISITINI, Paulo Fagundes. *História da África e dos Africanos/* Paulo Fagundes Visitini, Luiz Dario Teixeira Ribeiro, AnalúciaDanielevics Pereira. 3. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 46

⁵⁹M’BOKOLO, Elikia. op. cit. pp. 125-126

⁶⁰*Ibidem* p. 127

⁶¹*Ibidem*. p. 131

A mudança mais significativa no comércio em geral foi à participação dos agentes. Na produção das oleaginosas, pequenos produtores de base familiar produziam as sementes. Quanto ao tráfico negreiro, quem praticava o comércio eram as elites políticas e militares. Com a participação dos pequenos produtores, esses conseguiram permutar seus produtos por produtos que vinham da Europa.

A partir da segunda metade do século XIX, aumentou significativamente a produção agrícola de extração, produtos como borracha, goma e amendoim, foram cultivados no interior do norte de Moçambique. Para manter a organização do comércio, chefes de Angoche intermediavam o contato entre as sociedades que estavam no interior do continente e da costa do Índico. Além disso, o poder dos chefes dependia da produção e circulação dos produtos.

A expansão política e econômica do sultanato de Angoche ocorreu em meados do século XIX. A dependência estava intrinsecamente ligada às doações de terras consentidas por laços de parentesco ou pela expansão do Islã. O controle era realizado por chefes que se encontravam na região de Imbamela e dos rios M'lay, M'luly e Larde. Segundo Regiane Mattos, esses terrenos tinham grande valor como a mesma explica abaixo.

“Esses territórios eram estrategicamente importantes porque, além de férteis para a produção agrícola, estavam localizados entre a costa do Índico e o interior do continente, constituindo uma barreira aos chefes das caravanas que vinham do interior para trocar as suas mercadorias. Por essa razão, para garantir a autonomia política e econômica do sultanato, era fundamental que os chefes de Angoche continuassem desempenhando a função de intermediários, preservando em suas mãos o controle desse comércio⁶²”.

O governo português, nas últimas décadas do século XIX usou de diferentes estratégias para tomar o controle sobre o mercado de produtos agrícolas. Regiane Mattos reitera que a forma encontrada pelos portugueses para tentar controlar o comércio foi cobrando *“imposto sobre os produtos vendidos e emitindo licenças para a instalação de lojas aos comerciantes indianos, incentivando assim a concorrência desses intermediários com os chefes suailis e macuas⁶³”*.

Pode-se concluir que o século XIX foi marcado pelas disputas imperialistas na África, levando dominação e desigualdade, principalmente no

⁶²MATTOS, Regiane. op. cit. p. 222

⁶³*Ibidem*

interior. As lutas de resistência contra as interferências de outros continuou até a colonização de Moçambique. Com a colonização, os chefes africanos para não perder seus privilégios, estabelecem alianças no intuito de conseguir proteção, territórios e participação no comércio. O novo comércio de oleaginosas, especiarias, goma, algodão e outros produtos movimentaram os portos de Moçambique neste período.

Considerações Finais

Diante do que foi apresentado neste trabalho, no decorrer dos três capítulos, pudemos acompanhar e compreender o quanto o intercâmbio entre os povos do interior e do litoral do norte de Moçambique e agentes sociais de outras origens, fez dessa região um local rico culturalmente devido às diferentes religiões, línguas, tradições e etc. O contato com os mercadores da Ásia possibilitou a inserção de novas sementes e novos produtos. Durante todo o século XIX, o comércio de algodão, escravos, goma, marfim, ouro, oleaginosas e outros produtos atraíram o olhar das grandes potências europeias para esta região. A disputa pelo controle comercial foi marcada por resistências das sociedades africanas e violência por parte dos colonizadores.

No segundo capítulo, pudemos observar o crescimento vertiginoso do comércio de escravos e de outros produtos em toda África e mais especificamente em Moçambique durante esse período. Também salientamos as diferenças e transformações da escravidão na África e nas Américas. Apesar das leis de proibição do tráfico, o comércio de escravos continuou ilegalmente até o início do século XX, com a participação dos europeus e dos chefes africanos.

No terceiro e último capítulo observamos as transformações do continente africano, principalmente a partir da produção e do comércio de oleaginosas e das ações imperialistas europeias que resultou no processo de colonização do continente. A conferência de Berlim gerou o processo de partilha da África, deixando as sociedades africanas a mercê dos europeus que levaram dominação, ódio e intolerância. Cabe ressaltar que, no intuito de sobreviver e manter seu poder, chefes de sociedades africanas fizeram acordos com europeus e também foram responsáveis pelo comércio “legal” e “ilegal” no continente. Ao final do capítulo, percebemos o aumento da produção agrícola de extração, onde o sistema de *plantation* foi essencial para a manutenção do comércio “lícito”.

Por fim, concluo o trabalho, ressaltando a importância das transformações no processo de comercialização de produtos, como escravos, ouro, marfim e oleaginosas, ocorridas ao longo do século XIX e o início do XX, para compreender esse período histórico em que a circulação de pessoas e de produtos

foi decisiva para a dinâmica dos circuitos econômicos e culturais na região do oceano Índico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fontes Documentais

ANDRADE, Freire De. *Relatórios sobre Moçambique / Freire De Andrade*. - ED. IL. - Lourenço Marques: Imprensa nacional, 1910.

BORDALO, Francisco Maria. *Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas na África Occidental e Oriental, na Ásia Occidental, na China e na Oceania*, vol. 4, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 318, 1859.

Disponível em:
<[https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=njp.32101072158999;view=1up;seq=7;size=200\[01\]](https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=njp.32101072158999;view=1up;seq=7;size=200[01])>. Acessado em 28 mai de 2017.

BOTELHO, Sebastião Xavier. *Memória estatística sobre os domínios portugueses na África Oriental*, Lisboa, Typ. de José Baptista Morando, p. 86, 1835.

Disponível em:
<[https://books.google.com.br/books?id=6fsRAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false\[01\]](https://books.google.com.br/books?id=6fsRAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false[01])>. Acessado em 9 de mai de 2017.

FERRAZ, Guilherme Ivens. *Descrição da Costa de Moçambique de Lourenço Marques ao Bazaruto / Guilherme Ivens Ferraz*. - Lisboa: Tipografia Universal, 1902.

MARQUES, Lourenço. *Moçambique: Documento Trimestral/ Lourenço Marques*, Imprensa Nacional, 1935 n.p.

MOÇAMBIQUE: Documento Trimestral/ Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1935 [n.p.] Moçambique', in Relatórios dos Governadores

Geraes das Provincias de Cabo Verde, Moçambique e Estado da Índia: referidos ao anno de 1875 e apresentados às cortes pelo ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar na sessão legislativa de 1878, Lisboa, Imprensa Nacional, 1878.

SILVA, João Manuel da. *Parecer sobre tratados de comércio com o Irman de Mascate e com o rei Abderame de Madagascar e proteção ao régulo de Quissumbo*. 8abr 1827. Parecer de João Manuel da Silva, Ten. Gen. dos Reais Exércitos encaminhadas a Antonio Manuel de Noronha.

2. Bibliografias

ANTUNES, Luís Frederico. *Nichos e Redes: interesses familiares e relações comerciais luso-brasileiras na África Oriental (1750-1800)*. In: *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império português - séculos XVI-XIX*. 2. Ed. São Paulo: Alameda, 2005. p.199-218.

CAPELA, JOSE. *O escravismo colonial em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

CARVALHO, José Murilo de. *Escravidão e razão nacional*. In: *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo horizonte: Ed. FMG, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão- ilegalidade e costumes no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CURTIN, Philip. et. al. *African History*. Boston: Little Brown, 1978.

DE MATTOS, Regiane Augusto. *Dimensões da resistência em Angonhe*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2012

FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII: Estudos Sobre Fontes, Métodos e História*. Lunda, Kilombelombe, 2007.

História geral da África, VI: *África do século XIX à década de 1880* / editado por J. F. Ade Ajayi. – Brasília : UNESCO, 2010.

MACHADO, A. J. De Mello. *Entre os Macuas de Angoche: historiando Moçambique/ A. J. De Mello Machado. - ED. IL. . - Lisboa: Prelo editora, 1970.*

MARTINS, B. G. *On some members of the Learned Class of Zanzibar and East African in the Nineteenth Century*. Boston, Boston University, 1971.

Disponível em;
<http://www.jstor.org/discover/10.2307/216528?sid=21106336645783&uid=70&uid=2134&uid=3737664&uid=2129&uid=4&uid=2> [1]> Acessado em 08 de Mai 2015.

M'BOKOLO, Elikia; MARGARIDO, Alfredo. *África Negra- historia e civilizações: até ao século XVIII*. Tomo II. Colibri, 2012. Lisboa.

MEDEIROS, Eduardo. *O sistema linhageiro Macua-Lumwe*. Maputo. Faculdade de Letras, Mimeo, 1985.

PARADA, Maurício. *História da África contemporânea/ Maurício Parada, Murilo Sebe Bom Meihy, Pablo de Oliveira Mattos.- Rio de Janeiro: Ed. PUC- RIO: Pallas, 2013.*

REZENDE, Débora Rapozo. *Os tecidos nos circuitos comerciais e culturais no Índico*. Pesquisa PIBIC. PUC- Rio. 2014.

REIS, João José. *Notas sobre a escravidão na África pré-colonial*. Estudos Afro-Asiáticos, n 14, set. de 1987.

SLAVEVOYAGES- Banco de dados do tráfico atlântico de escravos. Disponível em:

<<http://slavevoyages.org/>[01]>. Acessado em 2 Mai de 2017.

VISITINI, Paulo Fagundes. *História da África e dos Africanos/ Paulo Fagundes Visitini, Luiz Dario Teixeira Ribeiro, Analúcia Danielevics Pereira*. 3. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ZONTA, Diego. *Moçambique e o Comércio Internacional das Oleaginosas (1855-1890)/ Diego Zonta*. Lisboa: Universidade de Lisboa (Tese de Doutorado), 2011.

Disponível em;

<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6957/1/ulfl118294_tm.pdf[01]>

Acessado em 13 de Jun 2015.